

Tombado

Proc. CEC nº 76/86



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

42043-19.00-SEC 86

Espaço para Etiqueta
DATA: 15. SET. 1986

F

REQUERENTE: COORDENADORIA DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO ESTADO

LOCALIDADE: PORTO ALEGRE

ASSUNTO: SOL. ABERTURA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO PALACIO PIRATINI E SEUS ACERVOS

COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO DO ESTADO - CPHAE
AV. JÚLIO DE CASTILHOS, 352
90030 - PORTO ALEGRE - RS

Serviço de Comunicação/Sol.
Proc. N.º 42043/86
02 C

Memo Nº072/86-CPHAE Porto Alegre, 15 de setembro de 1986.

Do: Coordenador da CPHAE

Ao: Subsecretário de Cultura

Assunto: Solicita abertura de processo de Tombamento do Palácio Piratini e seus acervos.

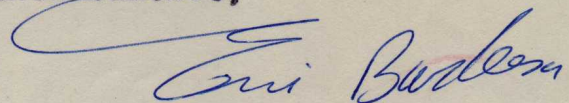
A Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, responsável pela preservação e conservação dos bens culturais do Estado do Rio Grande do Sul, propõe o tombamento do Palácio Piratini e seus acervos.

Senhor Subsecretário de Cultura, este bem não só é, de real valor político-administrativo, mas possui e produz um conjunto de acervos extremamente importantes para a nossa cultura.

Anexamos a este pedido o parecer do professor e arquiteto Charles René Hugaud e de um histórico do professor Arthur Ferreira Filho.

No aguardo de um pronunciamento de V.Sa., subscrevemo-nos,

Atenciosamente,



Arq. JOSÉ ALBANO VOLKMER
CREA Nº 0985 - D
Coordenador da CPHAE

Porto Alegre, 11 de agosto de 1986

Senhor Coordenador

Pelo presente vimos a presença de Vossa Senhoria para propor que, no dia de instalação do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, por Sua Excelência o Senhor Governador, Doutor Jair de Oliveira Soares, seja tombado o Palácio Piratini e seu acervo artístico e documental, além dos jardins e Galpão Gaucho.

O Palácio e seu acervo são de inegável valor histórico, artístico e documental e, em nosso entender, o seu tombamento nessa data, seria um ato marcante no início das atividades do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul.

Anexamos ao presente uma transcrição da história ao prédio, de autoria do jornalista e historiador Arthur Ferreira Filho, baseada no extenso e minucioso trabalho intitulado Levantamento Histórico do Palácio do Governo, datado de 1962, de autoria do arquiteto Lea Maria Bastos de Oliveira.

Sua história está intimamente ligada à história Rio-grandense tendo, de suas salas, até a presente data, vinte Presidentes, Interventores e Governadores dirigido o destino do Estado.

.....

Ilmo. Sr.

Professor Arquiteto José Albano Volkmer

DD Coordenador da

Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - RS

Handwritten signature/initials on the left margin.

.....
Seu acervo consta de belos quadros e obras de estatua-
ria, valiosos tapetes, finos cristais e porcelanas, bons moveis e
luminárias, preciosos Gobelins ressaltando-se, no entanto, o valor
inestimavel de sua biblioteca e coleção de outógrafos, tida como a
mais completa do Pais.

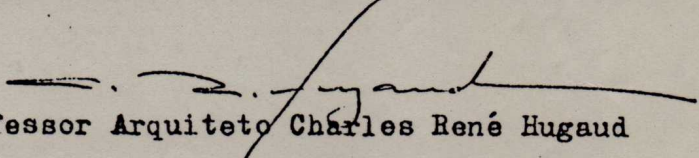
Tivemos o privilégio de, na qualidade de arquiteto do
Estado, dirigir todas as obras realizadas no Palácio Piratini a
partir do governo do Cel. Walter Perachi Barcellos e, por vinte a-
nos, conserva-lo, até a data de nossa aposentadoria, em 1983, quan-
do concluimos, tambem, a reabilitação do prédio contíguo ao mesmo,
conhecido como a Casa da Real Fazenda, para ali ser instalada a su-
a preciosa biblioteca, obra programada e realizada no governo do
Doutor José Augusto Amaral de Souza, em 1983.

No governo do Cel. Euclides Triches, sob orientação do
poeta e tradicionalista Glaucus Saraiva, projetamos o Galpão Gau-
cho, construido no jardim posterior.

Nesse mesmo governo tivemos a oportunidade de dirigir
o restauro do mobiliário do Palácio, destacando-se o bureau do Dr.
Antônio Augusto Borges de Medeiros, assim como sua cadeira, usados
pelos Governadores, a partir daquela data. Foram escolhidos e ad-
quiridos em Paris os Gobelins usados no estofamento dos moveis do
salão dos espelhos da ala residencial.

Sem sombra de dúvida, Senhor Coordenador, o tombamento
do Palácio Piratini, com todo o seu acervo, seria um ato marcante
no início das atividades do Sistema Estadual de Preservação do Pa-
trimônio Cultural do Rio Grande do Sul.

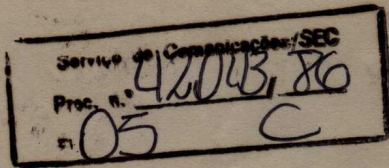
Renovamos os nossos protestos da mais alta estima e
distinta consideração


Professor Arquiteto Charles René Hugaud

Artur Ferreira Filho

Palácio Piratini

ARTHUR FERREIRA FILHO,
jornalista e historiador. Membro do
Instituto Histórico e Geográfico do
Rio Grande do Sul, do Instituto de
Geografia e História Militar do Brasil,
do Instituto Histórico e Geográfico de
São Paulo, da Academia Brasileira de
História, da Academia Rio-grandense
de Letras, entre outros.



Antecedentes

Desde que assumiu o governo da Capitania de São Pedro do Rio Grande, a 23 de abril de 1769, o Cel. José Marcelino de Figueiredo, homem de larga visão, tanto militar como administrativa, passou a cogitar de um novo local, para assentamento definitivo da Administração e Comando, que se achavam, em caráter provisório, instalados na Capela de Viamão.

A invasão castelhana, ocupando a vila de Rio Grande e a povoação de São José do Norte, em ambas as margens do canal que liga a Lagoa dos Patos ao Oceano, obrigara a retração de autoridades e povoadores para o interior do continente, onde encontrariam melhores condições para resistir ao invasor.

Mas Viamão, afastado da linha navegável Guaíba-Jacuí, não era o lugar mais indicado para sede do Governo. Desejava José Marcelino localizar o Comando da Capitania num ponto que oferecesse facilidade às comunicações com Rio Pardo, a fim de que, em caso de um ataque inimigo, vindo do sul ou do oeste, pudesse socorrer este importante reduto militar.

Suas preferências recaíram logo sobre o então chamado Porto dos Casais, Porto de Viamão ou do Dorneles, pequena povoação formada em torno da minúscula capela erigida, em 1752, pelo carmelita frei Faustino da Silva, ali chegado pouco antes, como capelão do Corpo de Dragões Paulistas.

A desejada transferência, que dependia da autorização do Vice-rei do Brasil, só viria a ser levada a efeito quatro anos mais tarde, por força do Aviso de 25 de julho de 1773.

Antes, porém, José Marcelino já havia tomado acertadas providências, ordenando ao Capitão de Engenharia Alexandre Montanha que projetasse e, sem demora, iniciasse a construção, ao longo da colina, por onde atualmente se estende a rua Duque de Caxias, todos no mesmo alinhamento, dos edifícios indispensáveis à instalação da nova Capital: a Igreja, o Palácio e a Casa da Tesouraria da Real Fazenda.

Dessas três construções setecentistas restam, de pé, embora com algumas modificações, a Casa da Real Fazenda, que durante mais de um século abrigou a Assembléa Legislativa, sendo atualmente usada como uma dependência do Palácio Piratini.

Não obstante a ação enérgica do infatigável José Marcelino, a casa do governo só viria a ficar pronta dezesseis anos mais tarde, já na administração do Brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral, em 1789. Mas aquele velho Palácio foi tão bem estruturado e tão fortes eram seus fundamentos que, durante cento e sete anos, foi ocupado por 161 governantes, contando efetivos, interinos, juntas governativas e repetentes, nomeados ou eleitos, em quatro regimes diferentes: Capitania Subordinada, Capitania Geral, Província do Império e Estado da República. Do Brigadeiro do Reino de Portugal Sebastião Xavier

da Veiga Cabral da Câmara, que governou 21 anos, até o republicano Júlio Prates de Castilhos, que tomou a iniciativa de o demolir para, no mesmo lugar, edificar um novo.

Nomes que a história guarda, pelo relevo de seus portadores, ilustraram a crônica do velho Palácio. Entre eles, Paulo da Silva Gama, D. Diogo de Souza, o Marquês de Alegrete, o Duque de Saldanha, o 1.º Marquês de Souza, o Visconde de São Leopoldo, o Visconde de São Gabriel, o Duque de Caxias, o historiador Tristão Alencar Araripes, o Marechal Deodoro, o Conselheiro Gaspar Silveira Martins, o Marechal Câmara, e Júlio Prates de Castilhos.

Foi no governo deste eminente rio-grandense que, em 1894, se decidiu construir um novo Palácio, atendendo aos motivos que constam do relatório do Secretário de Obras Públicas, Engenheiro João José Pereira Parobé, apresentado naquele ano: "Cada vez mais se torna necessária a construção de um novo palácio para a residência do chefe de Estado, visto que o atual se acha praticamente inabitável, sem embargo dos continuos reparos que vem recebendo."

É certo que esta ideia já não era nova. Pouco antes da proclamação da República, o Engenheiro Álvaro Nunes Pereira, provavelmente a pedido do Governo Provincial, havia elaborado um projeto, não destituído de mérito, para o mesmo fim. A mudança de regime teria deixado sem andamento essa iniciativa.

Entretanto, na Mensagem presidencial de 1896, Júlio de Castilhos

comunicava à Assembléa dos Representantes, como se chamava a atual Assembléa Legislativa, achar-se em curso os necessários estudos para a construção do novo palácio. Logo foi a sede do Governo transferida para o edifício situado na esquina da rua Jerônimo Coelho com a Praça Marechal Deodoro, ainda hoje existente, a fim de não retardar a demolição do velho Palácio de José Marcelino.

A nova construção teve início sem delongas, servindo de base o projeto do Engenheiro Afonso Hebert, que orçava o custo geral da obra em 610 contos de réis.

A Lei n.º 9, de 30 de novembro de 1895, aprovada pela Assembléa, havia autorizado o Governo a dispendir, em 1896, por conta do saldo do exercício anterior, a soma de 200 contos de réis com obras do novo Palácio do Estado.

Com esses recursos o Presidente Júlio de Castilhos deu início à construção, de acordo com o referido projeto, conforme se constata em sua Mensagem relativa ao ano de 1897. A pedra fundamental fora assentada em 27 de outubro do ano anterior.

Dirigindo-se à Assembléa Estadual, o Presidente do Estado solicitava que fosse mantida, para o exercício de 1898, a mesma verba, a fim de que os trabalhos não sofressem maiores retardamentos.

A 25 de janeiro desse ano, assinada a Presidência do Estado o Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, que deu andamento aos trabalhos, porém em ritmo mais moderado.

Entendia o novo chefe do

Proc. n.º 42043/86
Fl. 06

Executivo rio-grandense que as disponibilidades do Tesouro Público não comportavam os dispêndios previstos com a construção do Palácio, posto que outros setores administrativos reclamavam atendimento mais urgente. Além disso, as enormes despesas, a que o governo fora obrigado a enfrentar, na defesa da Constituição e da ordem pública, durante mais de dois anos, em consequência da Revolução Federalista de 1893-95, ainda se refletiam de modo desfavorável nas finanças estaduais. Não obstante, em 1901 já se havia realizado escavações de grande vulto, impostas pelo desnível do terreno, e assentadas as bases de alvenaria à altura do respaldo para o barroteamento do 1.º piso.

Neste ponto, os trabalhos foram praticamente suspensos, mas não abandonados, pois que, entre outras providências, o Engenheiro Afonso Hebert, autor do projeto em execução, viajou para a Itália a fim de entrar em conhecimento sobre os mármore e outros materiais que deveriam ser importados, ao mesmo tempo em que eram adquiridas amostras de calcário de Villars, França, e informações sobre seu custo, colocado em Porto Alegre.

Quanto às obras de construção, propriamente, sofreram um retardamento mais ou menos prolongado. Esta pausa, porém, aparentemente prejudicial, haveria de resultar altamente benéfica no concernente ao nível arquitetônico do novo Palácio. E o elevado custo da obra, então, não seria empecilho, porque quando Carlos Barbosa

assumiu a Presidência do Estado, já a austeridade implacável de Borges de Medeiros havia curado no organismo financeiro Estadual as feridas abertas pela prolongada luta de 93. E assim poderia o novo governante aplicar as idéias que trazia sobre a construção do Palácio. Realmente Carlos Barbosa inclinava-se por um plano de maior vulto, embora aproveitando o máximo possível das obras já realizadas, as escavações, os materiais existentes e os estudos sobre o material a ser importado, ou o nacional que devesse ser adquirido fora do município de Porto Alegre.

O titular das Obras Públicas, Engenheiro Cândido José de Godoi, estivera demoradamente em Paris, aperfeiçoando seus conhecimentos profissionais, de lá trazendo uma noção européia do que deveria ser um palácio governamental e o gosto arquitetônico dominante na época. Teria ele feito sentir ao Presidente Carlos Barbosa a conveniência de dar à sede administrativa do Estado condições dignas, não apenas do momento, mas com vistas no futuro, nos próximos cem anos, quando o Rio Grande do Sul deveria contar sete ou oito milhões de habitantes, e os oitenta mil da Capital se aproximariam da casa de um milhão.

Dai, provavelmente, a resolução de abandonar o projeto original, adotado por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, e optar por um novo, de proporções grandiosas, que deveria surgir da concorrência que mandou abrir na Capital francesa.

Enquanto isso, o governo

continuava precariamente instalado no edifício da esquina da rua General Auto, o qual exigia constantes reparos e adaptações. Este prédio que, depois de abrigar a chefia da administração estadual, foi ocupado pela Secretaria da Agricultura e depois passou a complementar o espaço do velho edifício da Assembléia, é hoje uma dependência do Palácio Piratini, que ali acomodou uma das subchefias da Casa Civil, a Biblioteca e outras repartições.

Carlos Barbosa, em sua primeira Mensagem Presidencial, dando conta das ocorrências administrativas no exercício de 1908, no título referente ao novo Palácio, explica as razões por que decidira abandonar o Projeto Afonso Hebert, já em fase de execução bastante adiantada, para adotar um outro, que permitisse dar à construção dimensões mais amplas e aparência mais bela.

Afinal, como se aproveitariam as escavações já feitas e grande parte do material empregado, os prejuízos resultantes da demolição não seriam de grande peso, principalmente levando-se em conta as novas proporções das obras projetadas.

Era, então, notório o rápido crescimento demográfico, econômico, social e cultural do Rio Grande do Sul.

Reza a tradição que o Secretário Godoy, das Obras Públicas, insistia com o Presidente para que o novo Palácio fosse o edifício público mais belo e majestoso de todo o Brasil.

A aceitação dessas idéias, por parte de Carlos Barbosa, importava na completa revisão do projeto inicial,

e na conseqüente demolição de grande parte do que fora construído até 1901, conforme o dito linhas acima.

Coerente com o espírito renovador que passou a influir na construção do novo Palácio, foi aberto em Paris um concurso para, entre os dois melhores classificados, ser escolhido o definitivo, segundo o programa enviado pelo Secretário Cândido de Godoi.

Atendendo a esse chamamento, dois arquitetos franceses, Agustin Rey e A. Janin, enviaram seus trabalhos, que foram aqui julgados pela Comissão constituída do Dr. Olinto Olimpio de Oliveira, presidente da Academia Rio-grandense de Letras, médico e crítico de arte, e dos engenheiros militares professores da Escola de Engenharia, Manoel Teófilo Barreto Viana e João Vespúcio de Abreu e Silva, e do Cel. Manoel Py.

Achou a Comissão que os arquitetos franceses faziam jus aos prêmios prometidos, de 3.600 e 1.800 francos, respectivamente, ao 1.º lugar, obtido por Mr. Agustin Rey, e ao 2.º por seu colega Mr. A. Janin, que lhes foram enviados por intermédio do Cônsul de França em Porto Alegre, Mr. Octave Courteil.

Entretanto, esses projetos não foram aproveitados, porque nenhum deles correspondia exatamente às intenções do governo.

Executados, que foram, em Paris, sem que seus autores tivessem conhecimento direto do ambiente físico a que se destinavam, nem mesmo através de uma boa representação topográfica, não se

harmonizavam bem com a paisagem local, o que constituía evidente prejuízo da aparência estética, reclamada como uma das condições essenciais ao novo Palácio.

Assim, pela segunda vez, entrava a construção em compasso de espera. Decorridos treze anos da demolição do velho edifício setecentista, as obras do que deveria se erguer em seu lugar haviam voltado quase ao ponto zero.

Não obstante, o Governo estava decidido a levar o empreendimento à frente, com a esperança de concluí-lo dentro de dois anos, ou pouco mais, como se deduz da cláusula 11.ª do contrato que seria firmado com o arquiteto Maurice Gras. Empolgara-se o Governo de Carlos Barbosa com a idéia de dotar a Capital do Estado de um monumento arquitetônico capaz de estimular a iniciativa particular, confiante em que o novo Palácio daria a medida do progresso do Estado do Rio Grande do Sul.

“Não foram poucas as dificuldades - diz mais tarde, em 1912, o Relatório da Secretaria de Obras Públicas - que teve de vencer para implantar uma construção modelo, um monumento arquitetônico que logo se revela ao olhar investigador o fim a que é destinada. O Palácio do Governo do Rio Grande não podia deixar de possuir linhas robustas e singelas, bem definidas, que dêem uma impressão de ordem e dignidade severa.”

O Estado devia, de consciência tranqüila, investir recursos numa obra que traria prestígio à sua Capital e que seria um espelho a refletir para

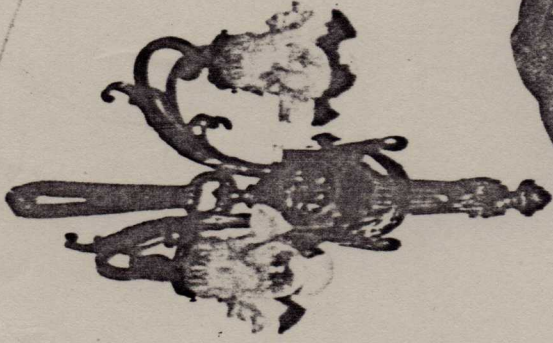
o futuro, não apenas a situação econômica, mas, acima de tudo, o grau de cultura do povo rio-grandense, nas primeiras décadas do século XX. Esse era o pensamento dominante.

Por esse tempo, em França, despontava promissora, entre a nova geração de arquitetos, o jovem Maurice Gras, conquistando rapidamente notoriedade nacional.

Sabendo das intenções do Governo Rio-grandense, de dotar sua Capital de uma obra arquitetônica de grande vulto, o Ministro de França no Rio de Janeiro, Mr. Charles Wienier, endereçou uma carta ao Presidente Carlos Barbosa, recomendando o arquiteto francês que, dizia o Ministro, “se achava interessado em ligar seu nome à construção de um edifício grandioso”, aconselhando-o a procurar contato com o referido profissional, em Paris.

Estabelecido logo esse relacionamento, Maurice Gras decidiu-se a vir a Porto Alegre, sem qualquer ônus para o Estado, além das passagens de ida e volta e as despesas de hospedagem, durante os dias que aqui permanecesse.

Bronze “O Gaúcho.”
Casa Militar.
Sala de Espera.



O Piratini

Antes de prosseguirmos a narrativa histórica que vimos desenvolvendo, dediquemos alguns períodos à explicação do nome que viria a ser dado ao Palácio.

Esta denominação fora sugerida, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pelo professor Armando D. Azevedo, propondo a associação ideal da sede do Governo do Estado ao nome da primeira Capital da República Rio-grandense, como homenagem à Epopéia Farrroupilha e à memória de seus heróis.

Levada a sugestão ao Governador Ildo Meneghetti, este, acolhendo-a, convidou o Instituto a indicar um de seus membros para pronunciar o discurso oficial na solenidade da assinatura do Decreto que denominou "Palácio Piratini" a sede do Poder Executivo Estadual, no dia 20 de junho de 1955. Achando-se doente o historiador Othelo Rosa, coube ao escritor e historiador Moysés Vellinho substituí-lo proferindo a oração que aqui vai incluída em lugar de prefácio.

A história do Palácio Piratini começa quando o Doutor Carlos Barbosa Gonçalves assumiu a Presidência do Estado, a 25 de janeiro de 1908, trazendo a disposição de dar ao novo Palácio proporções grandiosas.

De acordo com os entendimentos estabelecidos, o Arquiteto francês Maurice Gras, aqui chegado em março de 1909, já a 7 do mês seguinte havia firmado o contrato a que nos

referimos, o qual foi considerado plenamente satisfatório, conforme declarações do próprio Secretário Cândido de Godoy em seu Relatório correspondente a esse ano:

"O Arquiteto Maurice Gras foi feliz na solução que escolheu para o projeto, tirando ótimo partido da situação local e corrigindo os inconvenientes do terreno, ao sul do dorso da península".

Gras comprometeu-se, ainda, nos termos do contrato firmado, a fiscalizar a construção da obra, diretamente ou através de um representante seu, em ação conjunta com o fiscal nomeado pela Secretaria, desde o início até o fim dos trabalhos.

A remuneração fixada na Cláusula 7.^a do contrato era de 10% do orçamento total da obra, avaliada, na ocasião, em 1.700.000 francos, pagáveis em prestações trimestrais.

Em data anterior, 8 de março, já havia sido aberto um crédito extraordinário de 150 contos, para atender às despesas no próximo exercício, agora acrescidas com o custo da aquisição das áreas vizinhas, quase todas ocupadas com pequenos prédios, julgados necessários pelo novo projeto, que previa diversos ajardinamentos e algumas edificações complementares, e para que o futuro Palácio não tivesse outros vizinhos dentro do quarteirão, além da Cúria e da Assembléia.

Foram comprados os seguintes imóveis: os prédios de números 118, 114, 112 e 112-A, sitos à Rua Cel. Fernando Machado, pela quantia de

17 contos e quinhentos mil-réis; um edifício e vários terrenos pertencentes aos herdeiros do Coronel João Pinto da Fonseca Guimarães, com frente na praça Marechal Deodoro, por 70

contos-de-réis; um terreno dos mesmos herdeiros e outro de Dioclécio Godinho por 15 contos-de-réis.

Pouco mais tarde as aquisições foram completadas com terrenos pertencentes a Antonio Vieira Fernandes, Dioclécio Godinho e D. Francisca Fagundes e Emília Kramer, todos confrontantes com a referida praça.

O projeto Maurice Gras indicava a divisão do terreno em dois planos, ligados entre si por escadarias.

O primeiro, ao nível da rua Duque de Caxias, onde seria edificado o corpo principal do Palácio, destinado à alta administração e a recepções; e o segundo, onde se ergue a chamada ala residencial, para moradia do presidente do Estado e sua família.

Além das escadarias, os dois edifícios se comunicariam por duas galerias laterais.

A pedra fundamental foi assentada, era a segunda vez, em 20 de setembro de 1909, em solenidade onde se achavam presentes o mundo oficial e numerosos convidados.

O embasamento geral do Palácio foi feito com a pedra calcária de Villars e o da parte residencial com granito das pedreiras de Teresópolis.

A partir de 1910 as obras passaram a ser dirigidas pelos engenheiros Hipólito Fabres, francês naturalizado brasileiro, das Obras Públicas, e Emile Tramblay, representante de Grás.

Ao ser aberta a concorrência para

o fornecimento de material, verificou-se, quanto à aquisição da pedra, um fato que não deve ser olvidado, tratando-se do histórico do Palácio Piratini.

Como já ficou dito, linhas atrás, a maior parte da pedra usada na construção das bases foi o calcário de Villars.

Os fornecedores de Teresópolis, prejudicados em seus interesses, reclamavam contra o emprego da pedra importada, alegando que sendo o Palácio um edifício público, pago pelo dinheiro dos rio-grandenses, devia ser construído com a pedra local, granito de excelente qualidade, abundante nos arredores da Capital, distante dois quilômetros da obra, em vez da pedra trazida da França, a milhares de quilômetros de distância, com o Oceano Atlântico pelo meio.

Alguns jornais estranharam o fato do governo preferir a pedra estrangeira, "quando nas colinas porto-alegrenses encontrava-se coisa muito superior, não só pela consistência como pelo aspecto".

E, solidários com os canteiros locais, abriam colunas para agasalho de suas queixas.

Nas farmácias e nos cafés o assunto tornou-se objeto de suspeitosas murmurações. E tal onda sopraram contra o governo, que o Presidente Carlos Barbosa se achou na necessidade de vir a público para explicar o que realmente acontecia.

O esclarecimento não deixou os fornecedores locais em posição muito cômoda. O que o público, açulado pelos comentários maliciosos, ignorava

é que quando foi aberta a concorrência para o fornecimento da pedra, os canteiros de Teresópolis apresentaram propostas altíssimas, algumas até equivalentes ao triplo do preço pedido pelas pedreiras de Villars.

Diz o próprio presidente do Estado, contestando as censuras de que estava sendo alvo, que os "empregueiros locais pediram pela pedra granito lavrada, uns, o preço de 800 mil-réis, e outros, um conto-de-réis por metro cúbico. Entretanto, de pedreiras da França, grés bellissimo, bem acabado, embalado e posto no porto de embarque, dentro do prazo exigido, nos era oferecido por 250 mil-réis o metro cúbico. Com frete e outras despesas, inclusive o transporte do porto local (Porto Alegre) ao lugar da obra, sairia, no máximo, por metade da proposta dos fornecedores de Porto Alegre".

Os argumentos do Governo eram irrespondíveis. Se o adquirir pedra estrangeira, deixando "a prata da casa", importasse em falta de patriotismo, maior seria esta se, para atender aos interesses dos fornecedores locais, o Governo esbanjasse o dinheiro público confiado à sua guarda.

Este episódio merece, porém, um melhor esclarecimento. A grande diferença de preço, aparentemente extorsiva, não deve ser atribuída unicamente à ganância dos empregueiros locais, em contraste com a moderação dos fornecedores franceses.

O "milagre" pode-se explicar sem maiores dificuldades. É que a pedra de Villars vinha sem pagar frete, como

lastro nos navios franceses que demandavam o Rio Grande do Sul.

Naquele tempo, como talvez ainda hoje, as importações procedentes de França eram, em regra, constituídas de mercadorias de alto valor, mas sem peso correspondente, sujeitando o navio à grande instabilidade e conseqüente balouçamento na travessia do Atlântico. Para evitar esses inconvenientes, era uso lastrear o navio com material pesado. Assim viajavam de "carona" as pedras de Villars.

Espírito conciliador, Carlos Barbosa resolveu atender em parte aos interesses e ao bairrismo dos porto-alegrenses, determinando o aproveitamento do granito de Teresópolis nos embasamentos da ala residencial do Palácio.

A pedra de Villars custou, efetivamente, posta no local das obras, 282.562 réis o metro cúbico, ao passo que o granito, mesmo sofrendo apreciável abrandamento no preço exigido, a princípio, ficou por 530.562 réis, o que significa um pouco menos do dobro do custo da pedra francesa.

Foram, além dessas, várias as fontes fornecedoras de material às obras do Palácio Piratini. Para os interessados em conhecer seu histórico, em maior profundidade, mencionaremos as mais importantes, nacionais e estrangeiras.

O cimento foi, a princípio, importado da Inglaterra, ao preço de 67 réis o quilo, sendo mais barato que a cal fabricada no Estado, que variava entre 70 e 80 réis. Mais tarde passou-se a comprar o cimento de Vassy, importado da França, tão bom como

o similar inglês e ainda por menor custo.

De França veio também o calcário de Chassignelles, para os frisos da parte residencial e sacadas do Palácio. A areia, empregada em grande quantidade, foi recolhida nas margens do Rio Guaiaba. As madeiras preciosas, cedro e louro, destinadas às esquadrias, foram extraídas das matas de propriedade do governo, no município de Cachoeira do Sul.

Para a aquisição de um grés de boa qualidade, a ser empregado nos arcos e fechos de portas, foram recolhidas amostras em Montenegro, Morretes e Monte Alegre, decidindo-se, afinal, a Secretaria pelo material encontrado em terras de propriedade do Coronel João de Moraes Pereira, no município de Taquari. O grés dessa pedreira, segundo informa o Relatório das Obras Públicas, era de "bela coloração branca, bastante duro, homogêneo e resistente, com densidade aproximada de 2.500 quilos por metro cúbico".

Para a aquisição desse material, o governo firmou, em data de 19 de novembro de 1909, contrato com Avelino Gonçalves Agra, que se comprometeu a fornecer toda a pedra necessária, posta na barranca do Taquari, à razão de 30 mil-réis o metro cúbico.

Quanto ao custo total do Palácio, até o final da obra, fizeram-se diversas estimativas otimistas que não vieram a se confirmar. Por ocasião da assinatura do contrato com o arquiteto Maurice Gras, em abril de 1909, o presidente Carlos Barbosa achava possível levar a construção a termo,

com uma despesa total de 1.500 contos.

Mas ele próprio reconhece o engano quando, na Mensagem de 1912, a última de seu governo, informa: "Esta grande obra não tem parado um só instante, desde que teve início. Seu custo, até 30 de junho, andava em 2 mil e 66 contos-de-réis."

Em junho de 1914, quando a construção foi praticamente interrompida, as despesas já montavam a mais de 3 mil e trezentos contos, conforme a mensagem do Presidente Borges de Medeiros.

No último exercício de sua administração, 1912, Carlos Barbosa deu grande impulso aos trabalhos da construção do Palácio Piratini. Fala com entusiasmo sobre seu andamento, entrando em certos detalhes que revelam o interesse de que se achava possuído, como ao referir-se a um determinado tipo de estuque fornecido pela S. Rousselet et Fils, de Paris: "O revestimento exterior será de estuque, imitação de pedra natural, o que lhe assegura maior beleza e realce, solidez quase granítica e exige poucos cuidados de conservação."

Continuando, entra em explicações sobre o estranho nome desse material: "Apesar dessa denominação, em nada se assemelharão ao que, entre nós, é conhecido por esse nome", acrescentando que, "para bem avaliar a qualidade desse estuque, tinha ido a Montevideu e Buenos Aires o Secretário de Obras Públicas, engenheiro Cândido de Godoy, que pôde observar vários edifícios, assim estucados, que muito agradaram".

Borges de Medeiros, que voltou ao

Proc. nº 42043/86

governo em 25 de janeiro de 1913, prosseguiu ativamente os trabalhos que seu antecessor já deixara bastante adiantados, mas ainda muito longe do fim.

No exercício de 1913, investiu cerca de 970 contos-de-réis, mas no seguinte, os gastos foram pouco além de 360 contos. É que as dificuldades de importação do material, criadas pela 1.ª Grande Guerra, eclodida em agosto de 1914, levaram o governo a determinar a paralisação dos trabalhos, salvo o mínimo necessário à conservação do que já se achava feito. O contra-mestre das obras, Soumier Duval, retirou-se para Paris.

Um mês após assumir o governo, Borges de Medeiros, que chamou novamente a si seu antigo Secretário de Obras Públicas, engenheiro J.J. Pereira Parobé, resolveu continuar os trabalhos do Palácio, não sob a administração direta do Estado, mas sob empreitada. Em consequência, liberou os serviços do arquiteto Maurice Gras e de seu representante Mr. Emile Tramblay, que acompanhava a construção no próprio local das obras.

Formalizando essa resolução, o Secretário Pereira Parobé, em nome do governo, transmitiu ao arquiteto Maurice Gras o seguinte telegrama: "O Governo do Estado, julgando dispensáveis vossos serviços obras palácio põe vossa disposição 37.000 francos que completam pagamento devido, isentando-vos de qualquer responsabilidade e ao vosso preposto sr. Tramblay, também dispensado nesta data".

Ressalvou o governo a validade de certos contratos especiais para serviços que ainda estavam em andamento.

Nessa época, no Palácio de recepções, já haviam sido assentados os invólucros para todos os pontos de iluminação elétrica previstos e para a iluminação dos tetos e sacadas, e feitas também a passagem dos fios para o 1.º pavimento, bem como as instalações para a bomba de aspiração da limpeza a vácuo.

Não podendo, pelas circunstâncias já mencionadas, continuar a construção do Palácio, Borges de Medeiros não se descuidou de fazer aquilo que podia ser feito, independentemente de importações do exterior. Assim foi que contratou com o pintor brasileiro Lucílio de Albuquerque, por 25 contos-de-réis, um quadro a óleo para ornamentar a sala de recepções.

O assunto escolhido foi o episódio histórico do transporte dos lanchões de Garibaldi do Rio Capivari às águas de Tramandai.

Em julho de 1916, achando-se doente o Dr. Borges de Medeiros, assumiu a presidência do Estado o respectivo vice-presidente, Gen. Salvador Ayres Pinheiro Machado, sendo a Secretaria de Obras Públicas ocupada interinamente pelo Dr. Protásio Alves, Secretário do Interior, por ter falecido o antigo titular daquela Pasta, engenheiro João José Pereira Parobé.

Continuando as obras do Palácio, abriu a Secretaria concorrência para a conclusão do pavimento térreo, inclusive as ornamentações previstas

no projeto Gras, abrangendo as salas de recepção e audiências, o Gabinete do Presidente, ante-sala, secretaria e entradas à esquerda e à direita.

Estes trabalhos foram contratados com o pintor Alfredo Friederich pelo total de 64 contos e 360 mil-réis.

No ano seguinte, ainda no exercício da Presidência o Gen. Salvador Pinheiro, foram contratados com o pintor Décio Villares, pela importância de 60 contos-de-réis, vários "panneaux" ornamentais. Nesta época foram concluídos os passeios na rua Duque de Caxias e a entrada para carros, partindo da mesma rua. Então já reassumira o governo o Dr. Borges de Medeiros, tendo como Secretário de Obras Públicas o engenheiro Ildefonso Soares Pinto. No segundo semestre de 1917 ficaram ultimados os trabalhos de ornamentação das salas e salões do andar térreo, obedientes, em toda a linha, ao estilo Luiz XVI, conforme as intenções firmadas no projeto de Maurice Gras.

Nos porões do Palácio foram preparados compartimentos para alojar o Corpo de Guarda, arquivos e outras utilidades.

As dificuldades que se acumulavam para importar material de construção forçaram as Obras Públicas a valer-se, em caráter provisório, de elementos de pouca durabilidade e mesmo em desarmonia com o plano geral, tais como assoalhos de madeira comum, e outros.

Em maio de 1918 foi contratado com Paulino Fernandes da Cunha o fornecimento dos vidros e espelhos necessários às partes já prontas do

Palácio.

Durante aquele ano e o seguinte, 1919, as obras prosseguiram com acentuada morosidade, sendo construídos os muros de arrimo, uma escada de acesso ao 1.º plano e o jardim do Palácio. Foram também realizados alguns trabalhos exteriores, como movimento de terra, calçamentos e outros.

A casa Moschetti La Porta & Cia. contratou o fornecimento e colocação do material elétrico da parte já ultimada, estilo Luiz XVI.

Em junho de 1919, a fiscalização das obras voltou a ser confiada ao eng.º Hipólito Fabres e a 15 de agosto foi contratado com a firma Surmot e Courteil o fornecimento e colocação dos lustres para a iluminação elétrica das partes já concluídas do Palácio.

Na parte destinada à residência foram executados alguns trabalhos, prevendo seu aproveitamento provisório, para ali funcionar a Secretaria do Interior, o que não se realizou. Em fevereiro de 1920 tiveram início o esboço e decoração das cinco salas principais, contratados com Alfredo Friederich, e a colocação de vidros nas clarabóias da sótão, contratada com Pedro Fabbris.

Em março foi contratado com Joaquim Moreira o fornecimento dos parquês e com Carlos Werres a colocação dos vidros das janelas, na parte residencial.

Em abril do mesmo ano chegaram de França as pedras para o revestimento do corpo principal do Palácio. Convém lembrar que o arquiteto Maurice Gras, embora

dispensado da fiscalização direta das obras, continuou, em Paris, como mediador do Governo do Estado na aquisição de materiais e outras providências relacionadas com o Palácio que projetara.

A Gilbert e Friederich foram encomendados os móveis e as estantes de aço para o arquivo da Presidência. Nessa época, a execução dos trabalhos ficava a cargo de pequenas empreitadas ou tarefas, dando maior rapidez e permitindo melhor fiscalização.

Até o mês de outubro os trabalhos receberam vivo incremento, mas durante este mês, parte deles foram suspensos, continuando, porém, os referentes ao piso inferior do corpo principal e ao asfaltamento do terraço.

Após isso, começaram os preparativos para a mudança da Presidência e órgãos anexos, que deviam ocupar o novo Palácio. Colocaram-se trilhos, tapetes, cortinas e reposteiros, sendo instalado o mobiliário para a Presidência e sua Secretaria. O mobiliário foi executado nas oficinas da antiga Casa de Correção, salientando-se quatro mobílias estilo Luiz XVI pela perfeição do acabamento, que foram destinadas ao salão de recepções e gabinete contíguo ao salão de audiências e ao gabinete de despachos.

O material elétrico do pavimento térreo foi fabricado pela Casa Saumer Duval & Cia., de Paris, conforme os desenhos do arquiteto Maurice Gras, estilo Luiz XVI, em bronze fundido, dourado e envernizado a nitrato, em tom de ouro velho.

Achava-se o Palácio, embora ainda não acabado, em condições de começar a servir às suas finalidades. Instalado ali o governo, o que restava construir seria feito já sob as vistas diretas do próprio presidente.

A 16 de maio de 1921, a imprensa foi convidada a visitar o Palácio. Foi proporcionada a seus representantes uma visão total das obras que estavam completamente terminadas. No dia seguinte, já com todas as instalações em ordem, o Dr. Borges de Medeiros e seus auxiliares mais próximos ali iniciaram o expediente, inaugurando com suas presenças o novo Palácio.

Não houve inauguração festiva, fato que foi atribuído, por alguns, ao temperamento do Presidente do Estado, arredio a festividades ruidosas. O motivo real, porém, teria sido outro. O edifício ainda não estava acabado, faltando muito que fazer no 2.º piso, na parte residencial, nos ajardinamentos e outros.

A inauguração solene poderia ter parecido prematura, ao espírito discreto e austero de Borges de Medeiros. As obras da construção continuaram, com mais ou menos intensidade, ainda por muitos anos, como veremos.

O custo da construção já havia alcançado um total acima de 5 mil e 297 contos-de-réis.

Como Borges de Medeiros não tencionava residir no Palácio, tendo pela frente ainda quase dois anos de mandato, deu prioridade aos trabalhos no corpo principal, deixando em segundo plano o edifício destinado

à moradia presidencial.

Entre outros progressos na construção, foram assentadas as grades e portões laterais, encomendados à Casa Cristofel, de Paris.

No ano de 1922 foram retomados os serviços na parte residencial, sendo recomçados os revestimentos com estuques de alabastro, intensificados os trabalhos de canalização elétrica, água e esgoto, bem como a colocação de parques. Foram concluídos os serviços de ajardinamento entre os dois edifícios, contratados com Paulo Volkmann.

Durante o ano de 1923, ano de dificuldades financeiras, motivadas pelo movimento revolucionário que assolou o Estado, ficou concluído todo o primeiro piso do Palácio e muito adiantado o piso inferior, permitindo que a ala esquerda fosse ocupada pela Secretaria do Interior que, em caráter transitório, ali se instalou em dezembro daquele ano. No subsolo foi alojada a Chefatura de Polícia.

Dá até 1927 poucos trabalhos foram executados, como acabamento de muros de arrimo, e outros. Em 1928, sendo Presidente do Estado o Dr. Getúlio Vargas, foram executadas obras de melhoria na residência presidencial, com despesas de cerca de 600 contos-de-réis. Até 1930 o custo do Palácio já andava ao redor de 7 mil e 440 contos-de-réis, de acordo com elementos colhidos no Relatório do Secretário de Obras Públicas, eng.º João Fernandes Moreira.

De 1930 a 1945, nada foi acrescentado à construção do Palácio

do Governo, limitando-se os trabalhos a obras de conservação. Com o interventor Ernesto Dornelles foram iniciados, por administração direta, os revestimentos a gesso no salão de festas, no hall e na sala de recepções, trabalhos a cargo do artista Rademacker e mais tarde confiados a José Chiringelli. O interventor Cyllon Rosa, em 1946, mandou refazer o revestimento externo, ainda por administração direta, custando esse serviço 1.500.000 cruzeiros em algarismos redondos. Era, então, Secretário das Obras Públicas o engenheiro José Batista Pereira.

Durante o governo do Dr. Walter Jobim, que manteve nas Obras Públicas o mesmo titular de seu antecessor, foram executados revestimentos a gesso e a mármore e pinturas no 2.º piso do Palácio.

Com a Companhia Marmito S/A do Rio de Janeiro, foi contratada, em 1948, a execução de lambris, rodapés e lareiras, em mármore italiano, nas mesmas salas mencionadas acima. As despesas com essas obras importariam em 656.752 cruzeiros.

Entre 1949 e 1952, foram executados pelos escultores Carlos Kronawitter e Antônio Sálvia trabalhos de esculturas e revestimento a gesso em diversas salas, importando numa despesa de 240.000 cruzeiros.

Em 1951 foi contratada com o notável pintor Aldo Locatelli, num valor total de 1.175.000 cruzeiros, a execução de vários murais de grande porte, sobre motivos ligados à história rio-grandense, tais como a chegada do

Brigadeiro Silva Pais para a fundação do Rio Grande, a formação histórico-etnográfica do povo rio-grandense e a mais bela das lendas gaúchas, o Negrinho do Pastoreio, já divulgada por todo o Brasil pelo grande escritor regionalista João Simões Lopes Netto.

Entre 1955 e 1959, no primeiro governo do eng.º Ildo Meneghetti, foram executados vários trabalhos, notadamente visando a conservação geral do Edifício. Antes havia sido instalada uma usina Diesel, para fornecer energia elétrica e iluminação ao Palácio, em caso de emergência.

No governo do eng.º Leonel Brizola, 1960-63, foi refeito o sistema de abastecimento d'água, construídos sanitários para o Governador e funcionários, reparadas as instalações de esgotos e executadas várias outras adaptações.

Na parte residencial foram refeitos os quartos de banho, a lavanderia e instalada uma central de aquecimento.

O Palácio achava-se praticamente terminado, com exceção do Salão Negrinho do Pastoreio, a peça majestosa por excelência, assalhado com tábua comum e dividido em compartimentos, para servir a algumas repartições diretamente subordinadas ao Governador, apresentando um aspecto chocante com a luminosa presença dos magníficos murais de Aldo Locatelli. Coube ao governo do Cel. Walter Peracchi Barcellos, assentar os parques e colocar as cortinas, dando ao salão a dignidade que lhe corresponde.

No período seguinte, do governo Euclides Trichês, dois importantes

melhoramentos foram acrescentados à sede do Governo: a reforma dos jardins e o Galpão Gaúcho.

Os jardins foram embelezados com acréscimo de árvores decorativas e de sombra.

"Sem qualquer plano preexistente - informa o arq.º Fernando Corona - mas com apurado gosto feminino, Dona Neda Ungaretti Triches, a primeira-dama do Estado, mandou construir no segundo platô uma fonte, aliás constante no projeto Gras, onde as águas calmas pudessem refletir os reflexos transparentes dos elementos em redor projetados pela luz solar".

Assim, a ilustre senhora, que marcou sua passagem pelo Piratini com um traço de nobreza indelével na memória de quantos frequentaram as recepções ali realizadas, deixou também a lembrança de seu invejável bom gosto nas árvores e nas roseiras que plantou.

O governador Triches prestou significativa homenagem às tradições gauchescas do Rio Grande, mandando construir em espaço apropriado, no jardim do Palácio, um grande galpão, nos moldes dos famosos galpões das estâncias rio-grandenses, com 600 metros quadrados de área, coberto de palha santa-fé.

Acolhendo a idéia do poeta tradicionalista Glaucus Saraiva, o governador Euclides Triches mandou que, sob a orientação do mesmo, fosse construído o Galpão Piratini, "plantando no coração do Centro Administrativo do Estado um símbolo de nossas raízes, que servirá, ao mesmo tempo, como foco

irradiador da cultura rio-grandense".

Ali são recebidas altas autoridades, diplomatas e personalidades representativas da ciência, da cultura e das letras, que visitam o Estado, como "num templo simbólico da Tradição".

Esse complemento gauchesco do Palácio Piratini vem desempenhando importante papel nas afirmações de hospitalidade do governo rio-grandense. Em lugar dos habituais banquetes, revestidos de formalismo protocolar, o Galpão Piratini possibilita obsequiar o hóspede com os nossos melhores pratos regionais e com as cantigas do nosso folclore.

O Galpão foi inaugurado a 17 de agosto de 1971, com a presença do Presidente Emílio Garrastazu Médici, Governador Euclides Triches, Gen. João Batista de Figueiredo, então chefe da Casa Militar da Presidência da República, e outras personalidades.

O equipamento do Galpão e os objetos tradicionais que o ornamentam foram, em sua quase totalidade, oferecidos graciosamente por prefeituras, entidades diversas e particulares de todo o Estado, atendendo ao apelo que, em nome do Governador Triches, lhes dirigiu Glaucus Saraiva, nome popular e benquisto em toda a campanha gaúcha.

Por ato de 18 de outubro de 1972, o Governador Triches determinou que, nos dias úteis, as portas do Palácio se mantivessem abertas à visitação pública, designando um funcionário habilitado para acompanhar os visitantes.

Este gesto, simpático em si mesmo, revestia-se também de um caráter altamente educativo, dando aos rio-grandenses de todas as camadas sociais oportunidade de conhecer, em detalhes, a sede do governo de sua terra e o mais belo Palácio do Brasil, obra projetada pelo francês Maurice Gras, um dos maiores arquitetos do mundo, no seu tempo.

Sem prejuízos para esta síntese histórica do Palácio Piratini, não se poderia omitir a narrativa de alguns acontecimentos de que ele foi palco, não apenas pelos próprios fatos em si, como pela categoria dos personagens neles envolvidos.

Em 14 de dezembro de 1923, foi assinada, no gabinete da Presidência do Estado, a convenção que passava à história com o nome de Tratado de Pedras Altas e que pôs fim ao movimento revolucionário que desde 25 de janeiro derramava sangue rio-grandense e devastava a economia do Estado.

O acordo foi submetido à assinatura de Borges de Medeiros pelo então major Euclides de Figueiredo, emissário do Ministro da Guerra, Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, que representava o Presidente da República, Arthur Bernardes, na mediação entre o governo rio-grandense e as forças rebeldes chefiadas por Assis Brasil.

Sete anos mais tarde, outro acontecimento, este ainda de maior transcendência, teve lugar no Palácio Piratini.

Foi ali, no governo de Getúlio Vargas, o ponto central da

conspiração contra o governo do Presidente Washington Luiz e a posse do presidente eleito, Júlio Prestes de Albuquerque.

Do Palácio, a 3 de outubro de 1930, saiu assinado pelo Presidente do Estado, Dr. Getúlio Vargas, o manifesto que deu início à Revolução.

Não será demais acrescentar, neste resumo histórico, a relação dos presidentes, interventores e governadores, não só dos que, de um ou outro modo, participaram da construção do Palácio Piratini, como os que nele desempenharam seus mandatos. Somam dezenove, incluindo o atual:

Dr. CARLOS BARBOSA

GONÇALVES, médico, natural de Pelotas, com mandato presidencial de 25.01.1908/25.01.1913. Substituiu o projeto, já em execução desde o governo de Júlio de Castilhos, pelo projeto do arquiteto francês Maurice Gras, que dava dimensões mais amplas e maior categoria à construção.

Ao término de seu governo, as obras do Palácio se achavam grandemente adiantadas.

Dr. ANTÔNIO AUGUSTO

BORGES DE MEDEIROS, antigo magistrado, que exerceu cinco mandatos presidenciais, entre 1898 e 1908 e, depois, de 1913 a 1928. Continuou a construção do novo Palácio, iniciada por Carlos Barbosa, cabendo-lhe também mudar para ali a sede do Governo, em 17 de maio de 1921.

Nunca residiu no Palácio.

Borges de Medeiros deixou uma forte tradição de austeridade, respeito

à Lei e espírito de justiça. Dois objetos existentes no Piratini fazem lembrar de maneira singela, mas eloqüente, as altas virtudes do nobre republicano.

Tendo chegado ao seu conhecimento que uma família da Capital desejava vender um bellissimo par de vasos de Sévres, por preço módico, mandou o Presidente que o Secretário das Obras Públicas, eng.º Ildefonso Soares Pinto, tratasse do assunto, nos termos desta recomendação: "Se os Sévres corresponderem à informação que me foi trazida, podes adquiri-los para ornamentação do Palácio; mas que não seja por preço muito elevado, q que seria lesivo ao erário público, que nos compete zelar, mas não imponha preço mesquinho, porque não é lícito ao Estado se aproveitar da situação de uma família que se encontra em dificuldades".

As vésperas de deixar o Governo, que iria ser ocupado por Getúlio Vargas, alguns servidores do Palácio lhe fizeram sentir que devia levar para sua casa o aparelho telefônico chapeado a ouro que lhe pertencia, porque a ele pessoalmente, e não ao governante, havia a Companhia Telefônica oferecido.

"Eu sei disso - respondeu Borges de Medeiros, - mas também sei que, se eu não fosse presidente do Estado, a Companhia não me teria oferecido esse aparelho".

Borges de Medeiros, tendo residência própria nas proximidades, achou desnecessário transferir-se para o Palácio.

Dr. GETÚLIO DORNELLES VARGAS, advogado, empossado

como presidente do Estado em 25 de janeiro de 1928, não chegou a terminar o mandato, por ter sido elevado à chefia da Nação pelo movimento vitorioso de 1930.

Foi o primeiro governante a residir no Palácio Piratini.

General Honorário Dr. JOSÉ

ANTÔNIO FLORES DA CUNHA, advogado, foi nomeado Interventor Federal, logo após a vitória da Revolução de 1930. Eleito e

empossado Governador, o primeiro com esse título, a 15 de abril de 1935, renunciou, sob pressão do governo federal, a 19 de outubro de 1937.

General-de-Divisão MANOEL DE CERQUEIRA DALTRIO FILHO,

militar. Exerceu o governo como Interventor Federal, após a renúncia de Flores da Cunha, até 19 de janeiro de 1938, quando faleceu. Não residiu no Palácio.

Dr. JOAQUIM MAURÍCIO

CARDOSO, advogado e jornalista, exerceu o governo na qualidade de Secretário do Interior, com o falecimento de Daltrio Filho.

General OSVALDO CORDEIRO DE FARIAS, militar. Interventor Federal de 4 de março de 1938 a 11 de setembro de 1943.

Coronel ERNESTO

DORNELLES, militar. Exerceu o governo como Interventor de 11.09.1943 a 01.11.1945, e como Governador eleito de 31.01.1951 a 31.01.1955.

Desembargador SAMUEL

FIGUEIREDO DA SILVA, magistrado. Exerceu o governo como Interventor de 01.11.1945 a

07.12.1946. Não residiu no Palácio.

Dr. POMPÍLIO CYLLON

FERNANDES ROSA, advogado,

Interventor entre 07.02.1946 a 26.03.1947.

Dr. WALTER SÓ JOBIM,

advogado, Governador de 26.03.1947 a 31.01.1951.

Engenheiro ILDO MENEGETTI, exerceu dois mandatos de Governador, o primeiro de 31.01.1955 a 31.01.1959 e o segundo de 31.01.1963 a 31.01.1967.

Foi este governador que, em seu primeiro período governamental, deu à sede do governo a denominação de Palácio Piratini, em homenagem à primeira Capital da República Rio-Grandense.

Engenheiro LEONEL DE

MOURA BRIZOLA. Governou de 31.01.1959 a 31.01.1963.

Coronel WALTER PERACCHI BARCELLOS, militar. Governou de 31.01.1967 a 15.03.1971.

Coronel EUCLYDES TRICHES, engenheiro-militar, governou de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975.

Dr. SINVAL DUARTE

GUAZZELLI, advogado. Governou de 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979.

Dr. JOSÉ AUGUSTO AMARAL DE SOUZA, advogado. Governador empossado em 15.03.1979, acha-se no exercício do mandato, que terminará a 15/03/1983.

Hospedaram-se e despacharam no Palácio Piratini em diversas oportunidades os Chefes de Estado Getúlio Vargas, Humberto de Alencar Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva e Ernesto Geisel, Presidentes da República.



CPMAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 75



O ANTIGO PALACIO DO GOVERNO DA PROVINCIA APÓS A PRIMEIRA REFORMA

ANTIGO PALÁCIO - SÉDE DO GOVERNO ATÉ 1896

*falta foto do
antigo palácio após
2.ª reforma def.*

Loi.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

242
fls. 20

OPHAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 16 *Slu*



FOTOGRAFIA DE 1898, DA CONSTRUÇÃO, ENTÃO EM ANDAMENTO DA NOVA
SÉDE DO GOVERNO QUE EM 1901, FICOU PARALIZADA E, QUE EM 1909
FOI DEMOLIDA PARA DAR LUGAR A EXECUÇÃO DO NOVO PROJETO



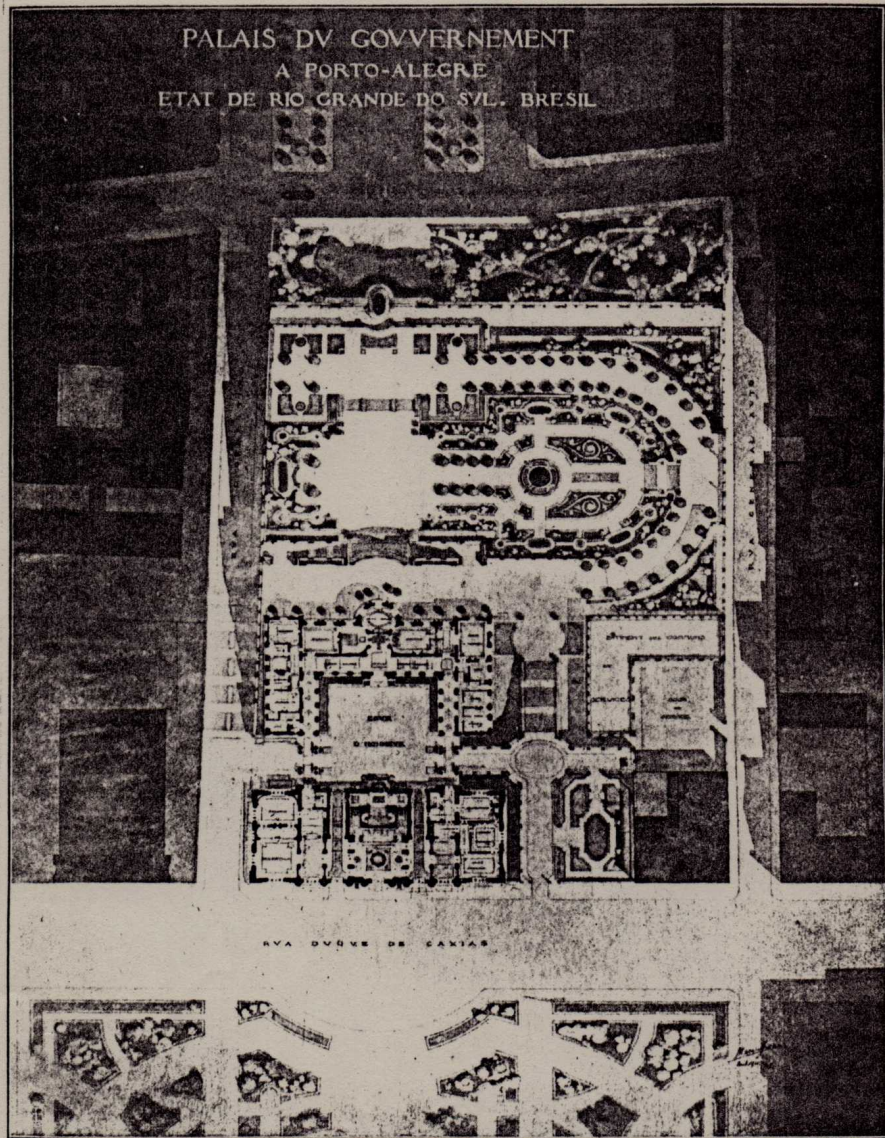
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

342
fls. 21

CPHAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 17
[Signature]

PALACIO DO GOVERNO

(EM CONSTRUÇÃO)



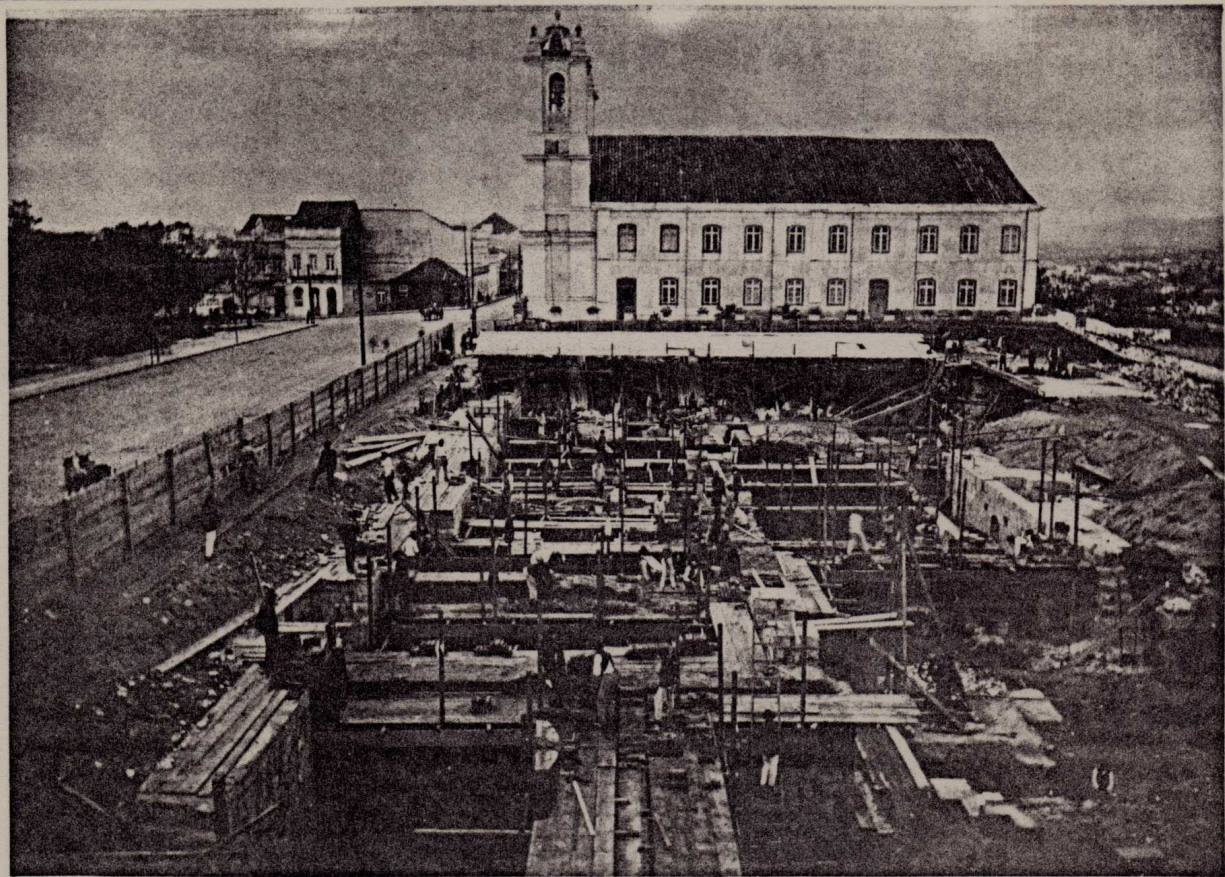
Planta geral do Palácio e suas dependencias

01



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

CPHAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 18
[Signature]



7

CONSTRUÇÃO DO PALACIO PIRATINI
FOTOS 1910



9

Pal

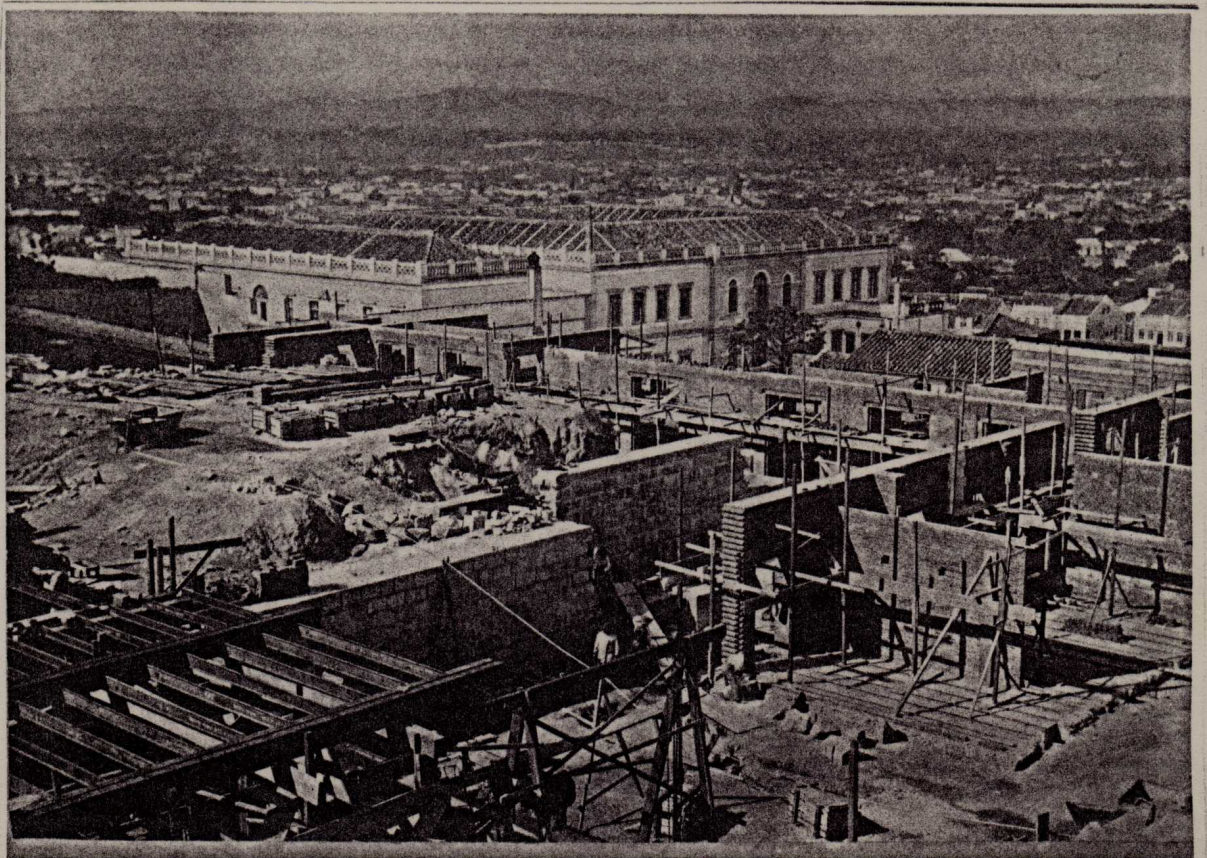


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

342
CPHAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 79



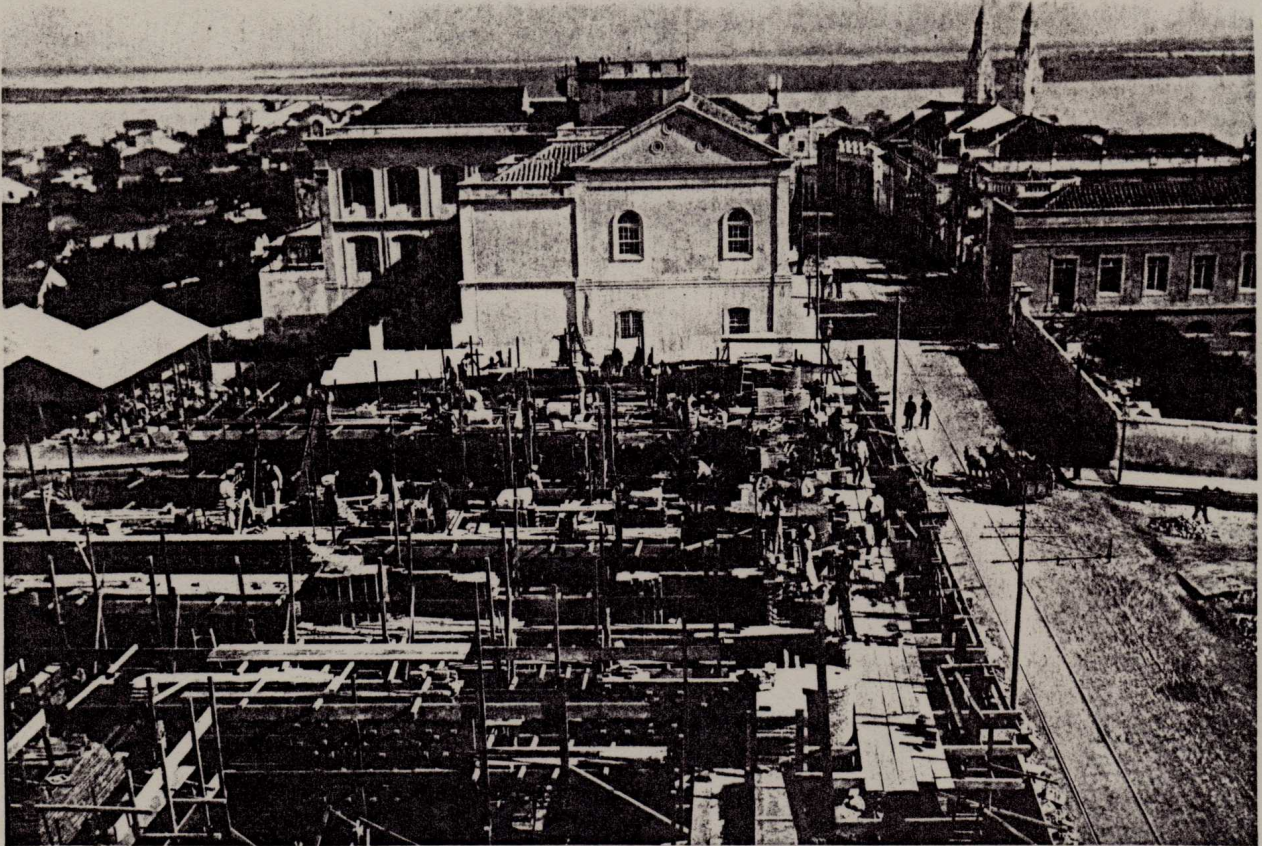
CONSTRUÇÃO DO PALACIO PIRATINI
FOTOS 1910-1911.



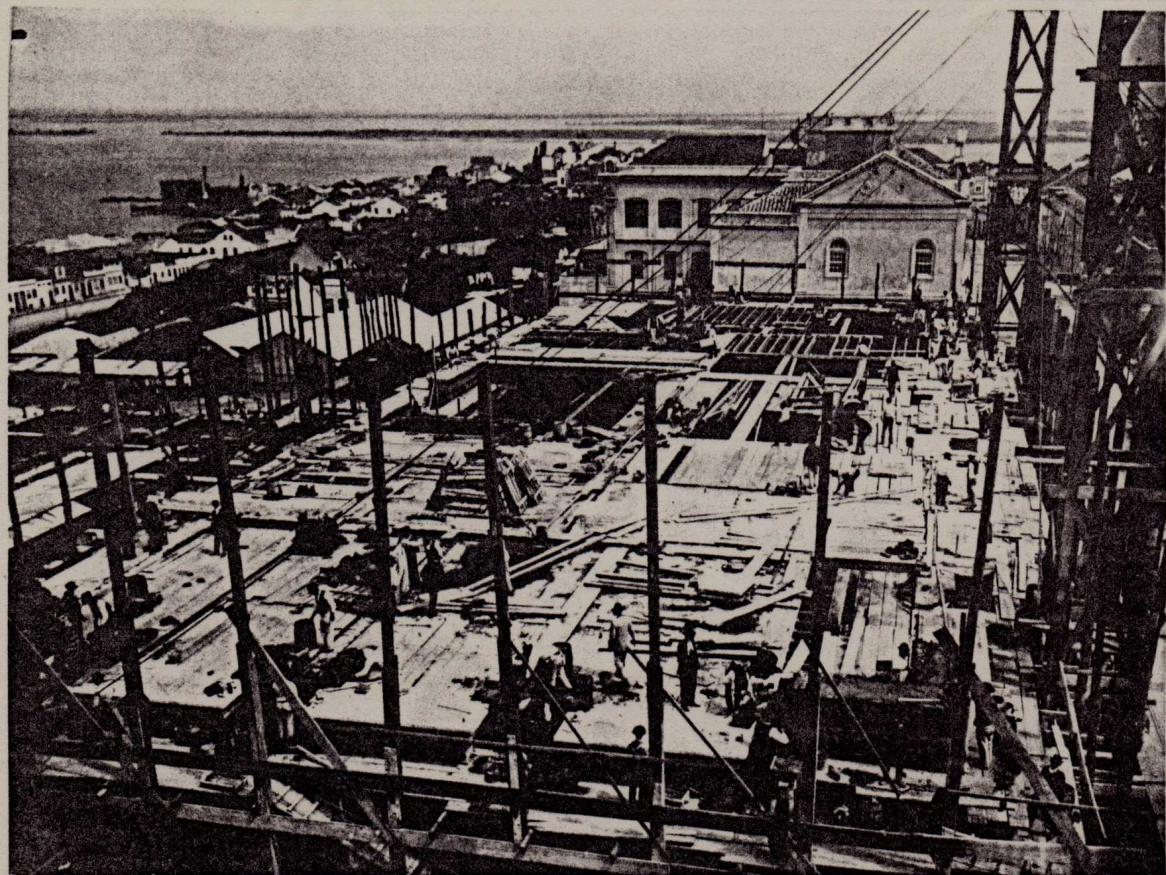


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETARIO

Mod. E-342
CPHAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 20
29



CONSTRUÇÃO DO PALACIO PIRATINI
FOTOS 1911

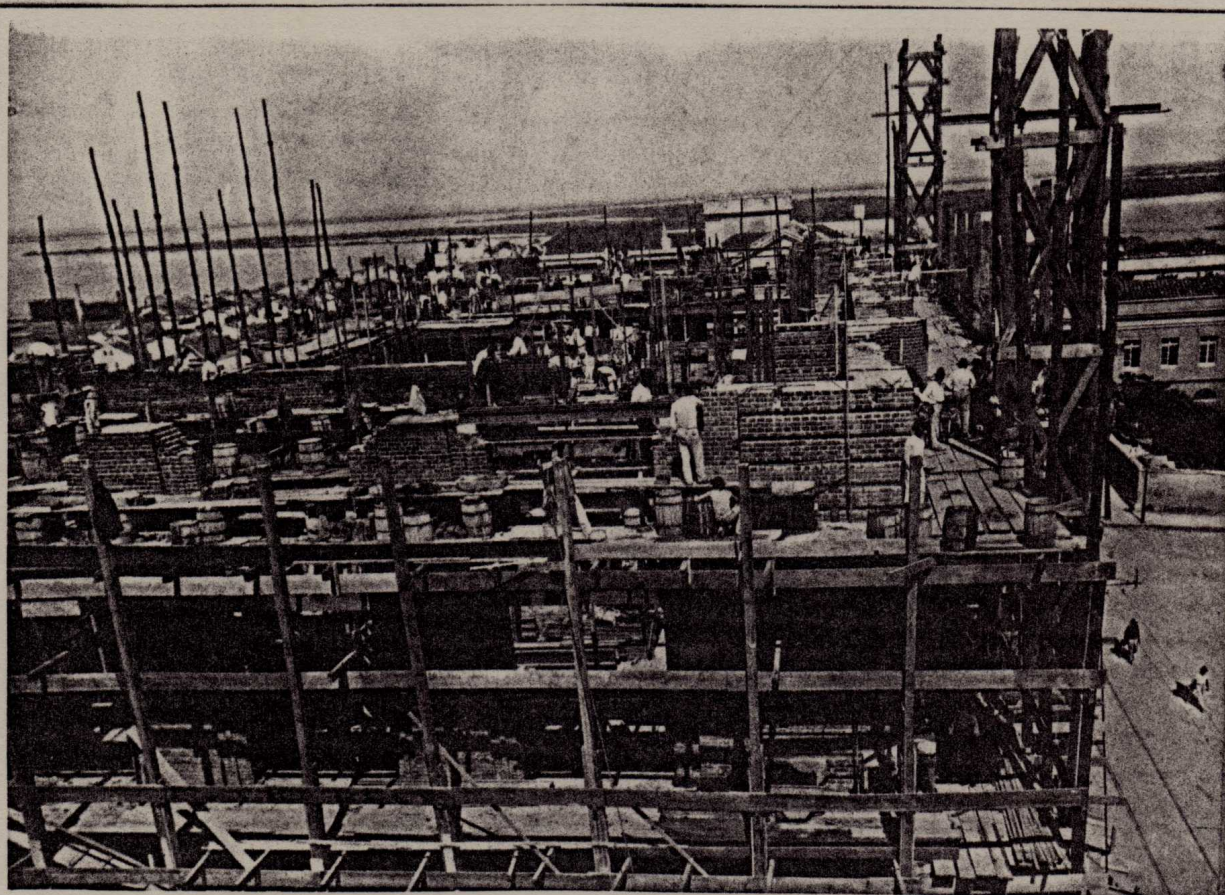




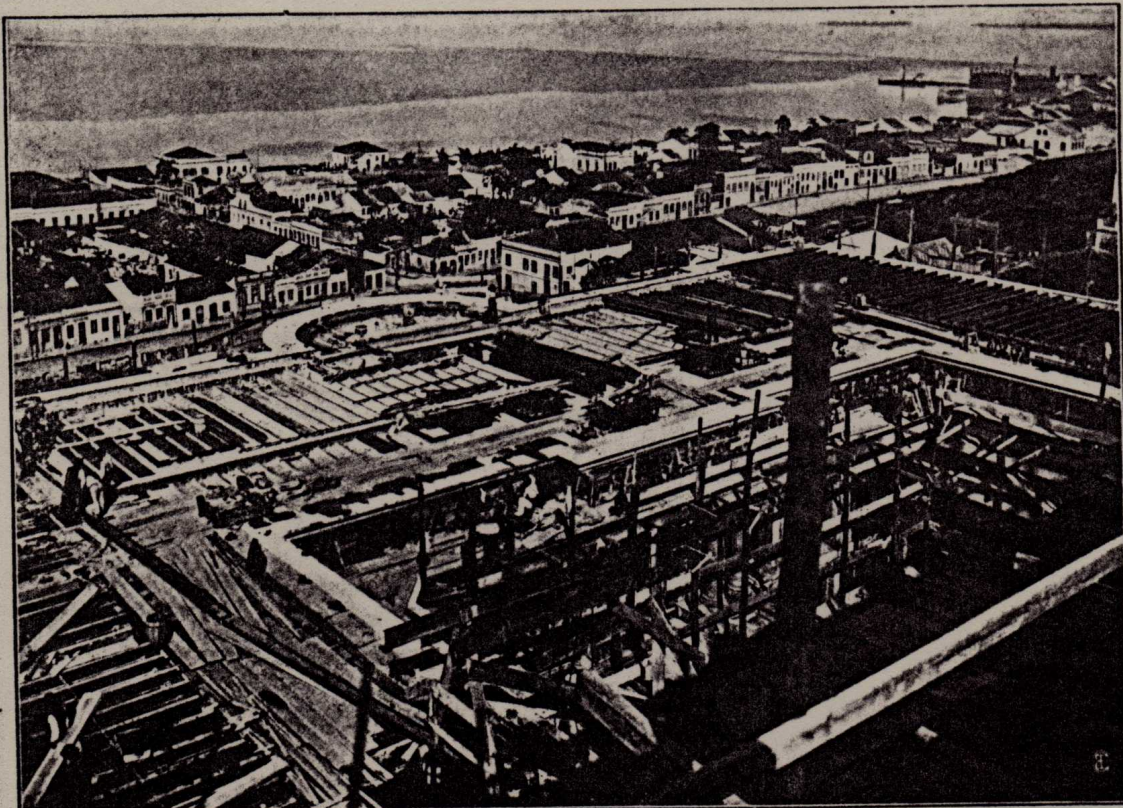
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

CPHAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 21
[Signature]

Mod. E-342
Fls. 30



CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO PIRATINI
FOTOS 1911-1912



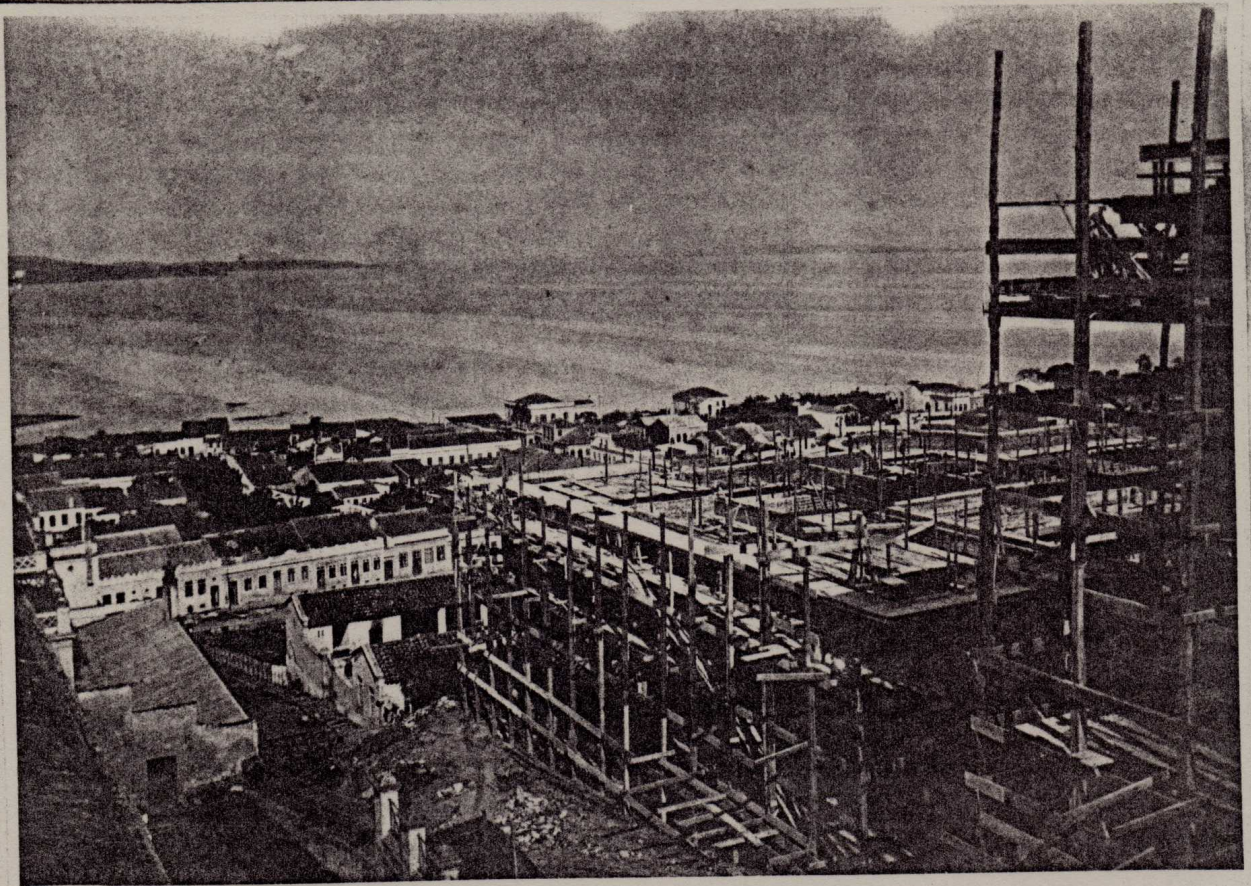
Habitação presidencial

[Handwritten mark]

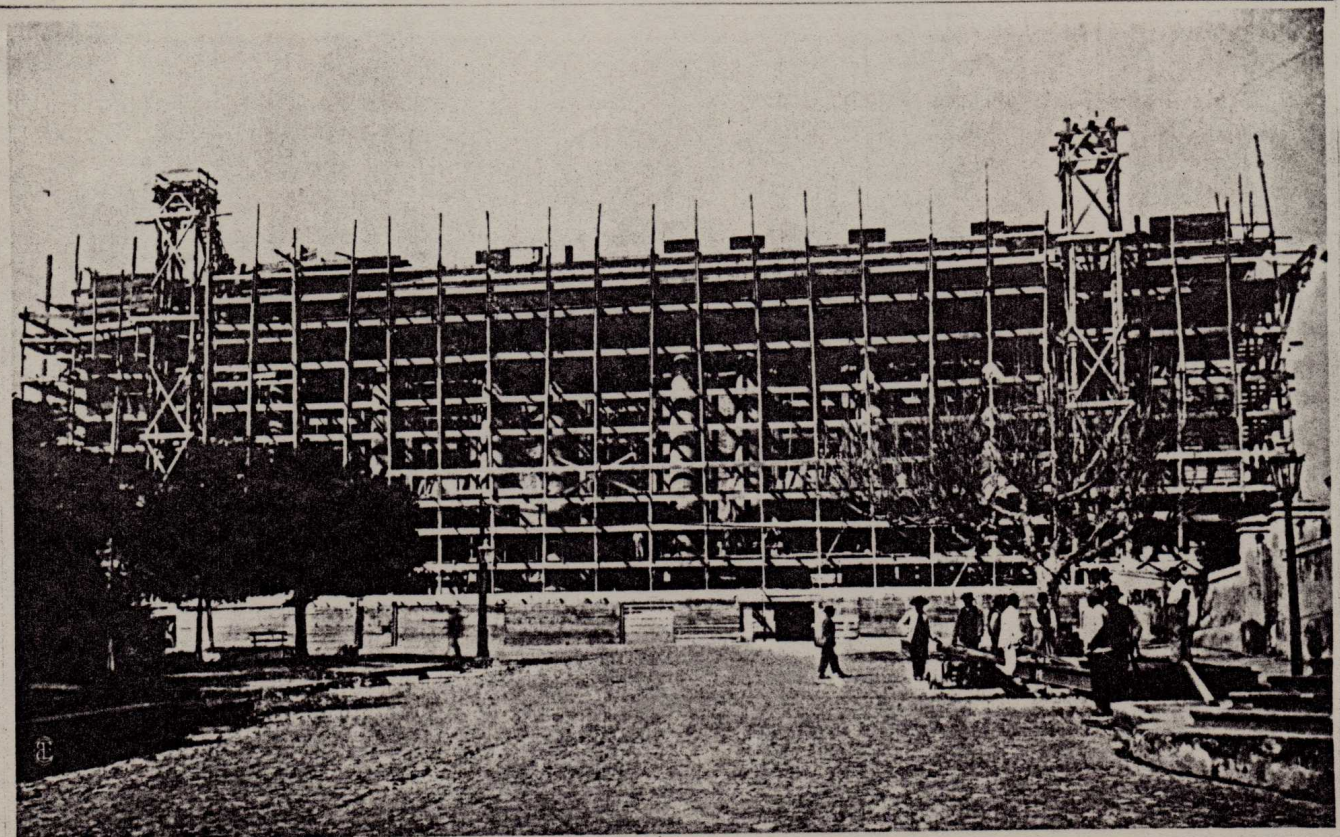


CPHAE Mod. E-342
Proc. n.º 42043/86
Fl. 22

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS



CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO PIRATINI
FOTOS 1912





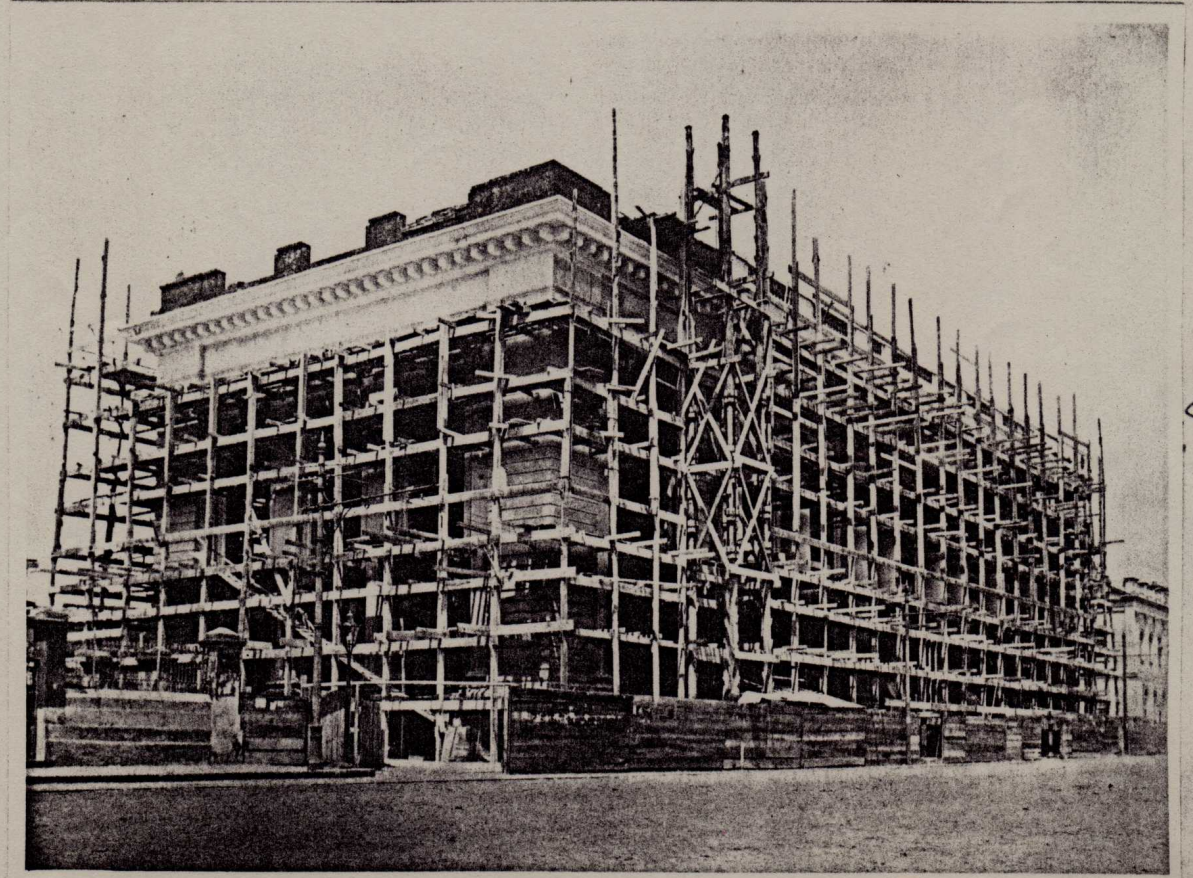
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

OPHAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 23

32



CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO PIRATINI
FOTOS 1912 - 1913



fls 33



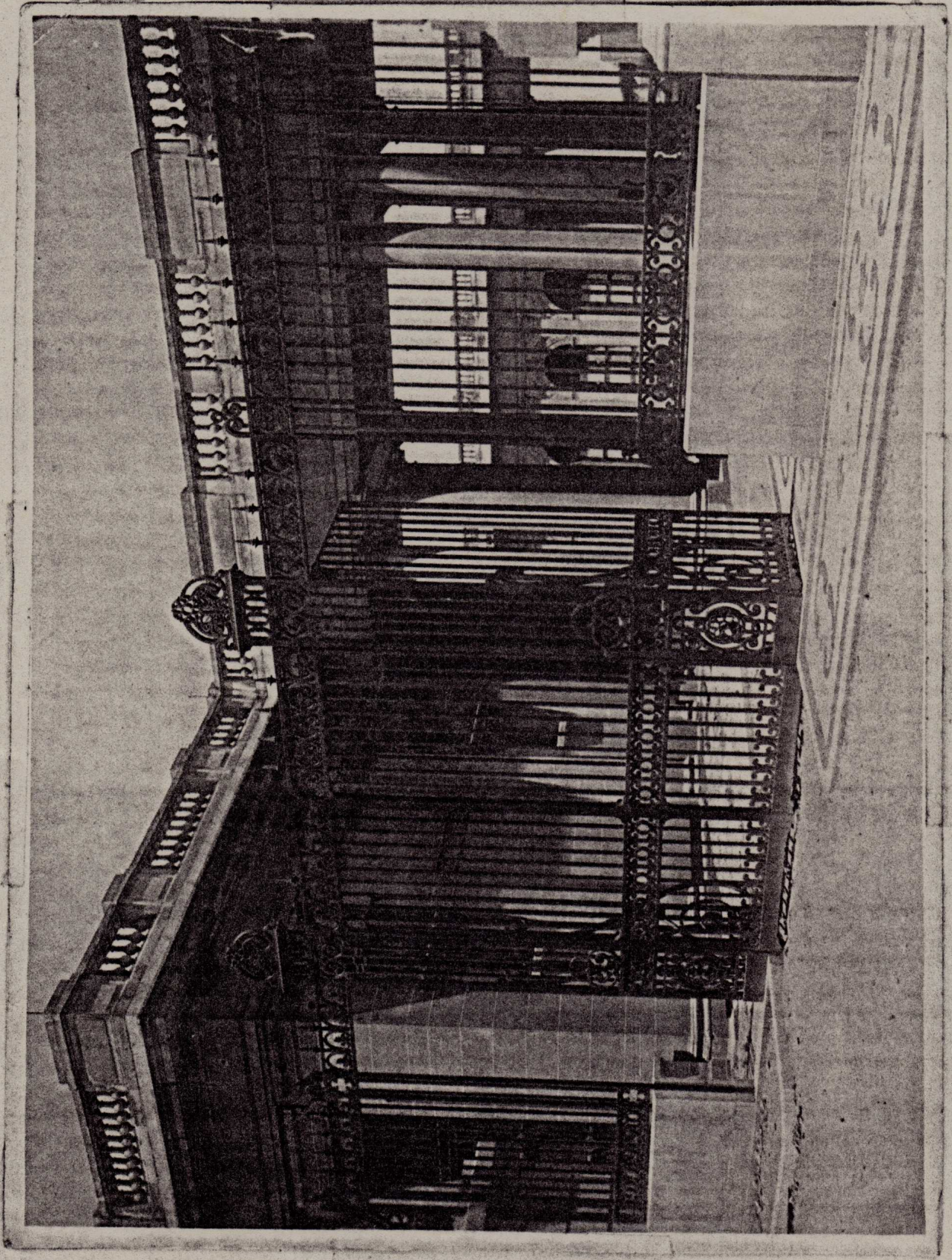
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETARIO

CPMAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 24
Jes



GPHAE
Proc. n° 42043/86
Fl. 25

fls 38

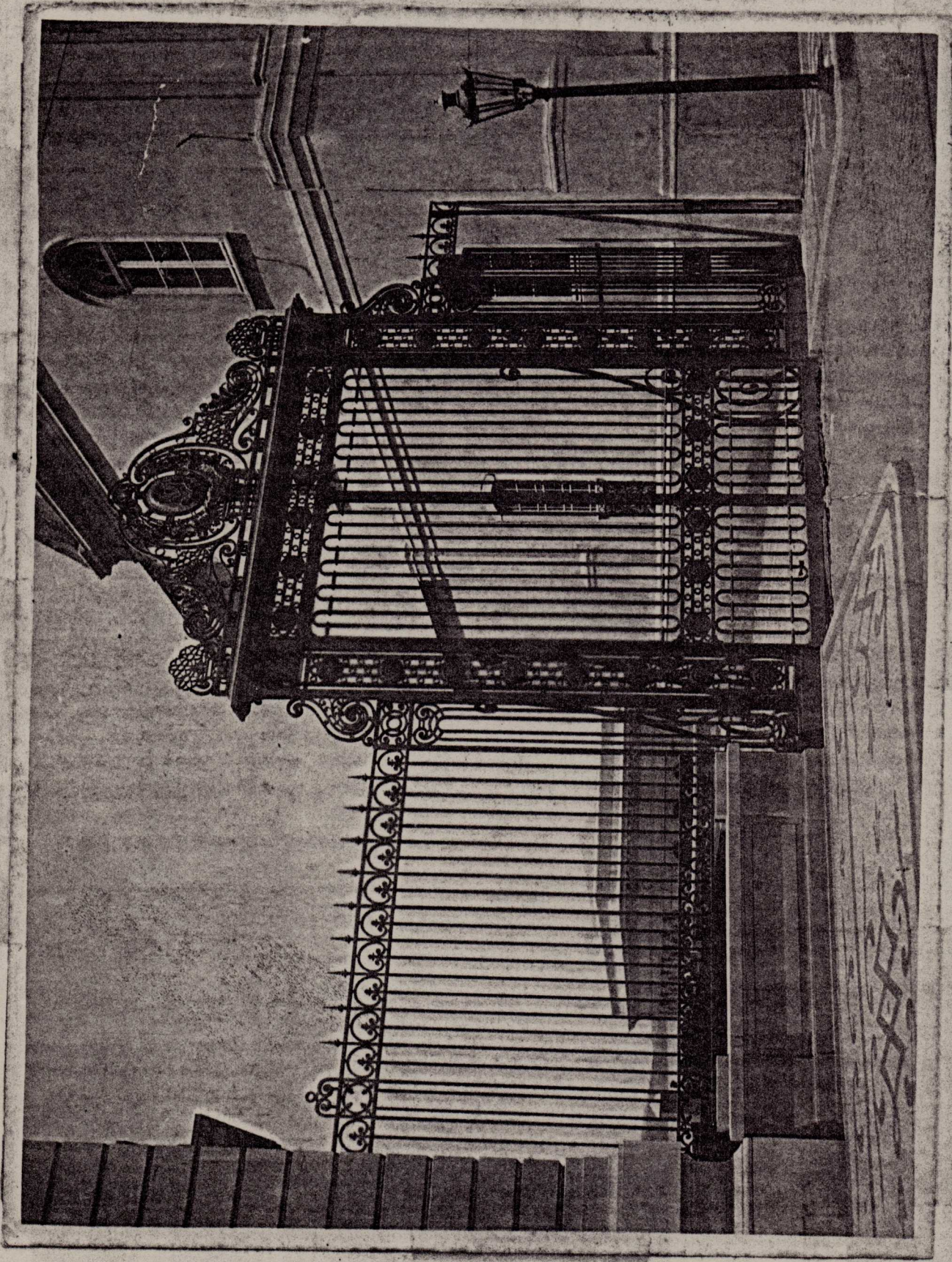


CPHAE

Proc. n° 42043/86

Fl. 26

JW





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

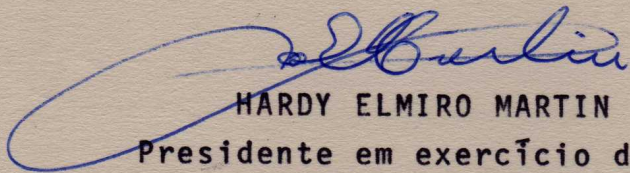
PARECER Nº 752

CPHAE
Proc. 42.043/86
Fl. 27

Parecer nº 752 da Câmara de Patrimônio Histórico,
em Sessão de 10 de setembro de 1986.

Aprova, por unanimidade, o tombamento do Pa-
lácio Piratini, em Porto Alegre, incluindo neste Ato o acer-
vo histórico, artístico e documental.

Porto Alegre, 10 de setembro de 1986.


HARDY ELMIRO MARTIN

Presidente em exercício do CEC.

CPHAE
Arquivado
Em 24/09/87

Libeli

CPHAE
Recebido
Em 10/09/86

Ng.

*Em 24/09/87 foi colocada esta folha
que é original da folha que estava - xerox.
Libeli*

1ª Superintendência de Unidade Administrativa/
 etc, para a fim de providências relati-
 vas a publicação da Portaria 24/86/SUSEC
 Em 13.10.86

Helena Maria
 AP/SUSEC



A SUSEC, para conhecimento
 da publicação da Portaria nº 024/86 no Diário
 Oficial de 12 de novembro de 1986.

Em 13/11/86

Superintendente Administrativo etc

1ª CPHA E, para conhecimento
 e as providências necessárias.

Em 14.11.85

Helena Maria
 AP/SUSEC



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SUBSECRETARIA DE CULTURA

PORTARIA Nº 024/86

CPHAE	
Proc. nº	42043/86
Fl.	29

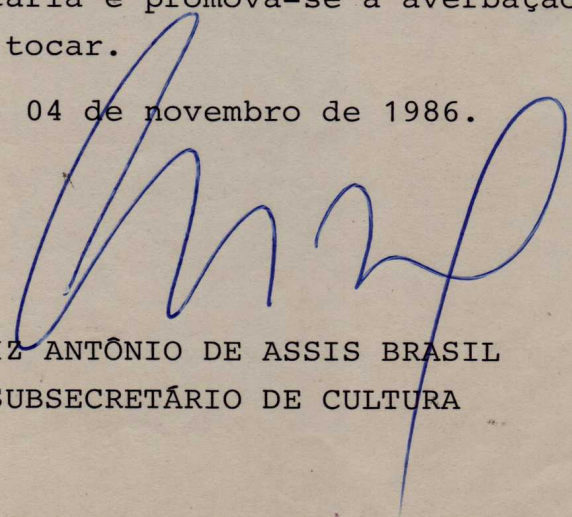
O Subsecretário de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Boletim nº 95/86, publicado no Diário Oficial do Estado, de 07 de março de 1986,

R E S O L V E

Reconhecer como de interesse público e tombar, nos termos do Artigo 1º da Lei Estadual nº 7231, de 18 de dezembro de 1978, combinado com o Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, e com o Parecer nº 752 da Câmara de Patrimônio Histórico do Conselho Estadual de Cultura, o prédio do Palácio Piratini, sede do Governo do Estado, incluindo neste ato o acervo histórico, artístico e documental.

Publique-se no Diário Oficial do Estado, ratifique-se e registre-se no Livro Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico, desta Subsecretaria e promova-se a averbação no Registro de Imóveis a que tocar.

Porto Alegre, 04 de novembro de 1986.


LUIZ ANTÔNIO DE ASSIS BRASIL
SUBSECRETÁRIO DE CULTURA

PROCEGRS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EDITAL DRH 021/86

A Diretoria de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, legais e estatutárias, e considerando as disposições da Lei Federal nº 7.493 de 17 de junho de 1986, torna público os atos registrados em 10.11.86.

CONTRATAÇÕES DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO

NOME	MATRÍCULA	CARGO/NÍVEL
Leonardo Reginin	3114.6	CNT-1
Marco Aurelio Gette	3115.3	TO-E3

Porto Alegre, 10 de novembro de 1986.
Luiz Augusto Bastian de Carvalho
Diretor-Presidente

D-90676-5-B-12/novembro

**Secretaria da Saúde
e do Meio Ambiente**

BOLETIM Nº 406/86-SSMA

Foi registrado nesta Unidade para os devidos e correspondentes efeitos a seguinte matéria:

DESIGNAÇÃO: O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo

19, inciso II, do parágrafo 1º e parágrafo 2º, da Lei Federal nº 7.493/86, designa o Médico, classe A, padrão 17, matrícula 1200.9989, MILTON GORELIK, para responder pela Chefia do Serviço de Dermatologia Sanitária, da Divisão de Controle Epidemiológico, nos impedimentos legais ou temporários, por prazo superior a trinta (30) dias, do respectivo titular, Médico, classe D, padrão 20, matrícula 1080.8362, CESAR DUILIO VAREJÃO BERNARDI. Porto Alegre, 06 de novembro de 1986. SÉRGIO ALEXANDRE CHEDAS BECHELLI - Secretário de Estado da Saúde e do Meio Ambiente. Registre-se e publique-se. JAIME LÉO CARANGACHE - Diretor Administrativo.

BOLETIM Nº 407/86-SSMA

Foi registrado nesta Unidade para os devidos e correspondentes efeitos, a seguinte matéria:

DESIGNAÇÃO: O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 19, inciso II do parágrafo 1º e parágrafo 2º, da Lei Federal 7.493/86, designa o Médico, classe D, padrão 19, matrícula nº 1050.9690, JURANDYR MORRONE, lotado nesta Secretaria, para responder pela Chefia da Unidade Sanitária de Viçosa, da 1ª Delegacia Regional de Saúde: Porto Alegre, 06 de novembro de 1986. SÉRGIO ALEXANDRE CHEDAS BECHELLI - Secretário de Estado da Saúde e do Meio Ambiente. Registre-se e publique-se. JAIME LÉO CARANGACHE - Diretor Administrativo.

D-90629 -6-B-12/novembro

Secretaria da Educação e Cultura

PORTARIA Nº 024/86

O Subsecretário de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Boletim nº 95/86, publicado no Diário Oficial do Estado, de 07 de março de 1986,

R E S O L V E

Reconhecer como de interesse público e tomar, nos termos do Artigo 1º da Lei Estadual nº 7231, de 18 de dezembro de 1978, combinado com o Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, e com o Parecer nº 752 da Câmara de Patrimônio Hig

tórico do Conselho Estadual de Cultura, o prédio do Palácio Piratini, sede do Governo do Estado, incluindo neste ato o acervo histórico, artístico e documental.

Publique-se no Diário Oficial do Estado, ratifique-se e registre-se no Livro Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico desta Subsecretaria e promova-se a averbação no Registro de Imóveis a que tocar.

Porto Alegre, 04 de novembro de 1986.

LUIZ ANTÔNIO DE ASSIS BRASIL
SUBSECRETÁRIO DE CULTURA

D-90735 -6-B-12/novembro

Súmula do Acordo celebrado em 14/10/86, entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da SEC e a Associação dos Amigos do Fragata, do município de Pelotas, visando a prestação de assistência aos alunos das Escolas Estaduais do Bairro Fragata, pelo qual a SEC se compromete a ceder 04 professores à Entidade, tendo vigência por 01 ano a partir de 12/05/86, sendo prorrogável automaticamente por períodos iguais até o limite de 04 anos...

Porto Alegre, 04 de novembro de 1986.

LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da AJU/SEC.
D-90582 -6-B-12/novembro

trito limite de suas possibilidades, tendo vigência por 01 ano a partir de 21/06/86, sendo prorrogável automaticamente por períodos iguais até o limite de 04 anos.

Porto Alegre, 04 de novembro de 1986.

LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da AJU/SEC.
D-90581-6-B-12/novembro

Súmula dos Termos de Ajuste celebrados em 03/03/86, entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Educação e Cultura, e os Municípios abaixo relacionados, visando à continuidade e expansão do Programa Pré-Escolar, cabendo à SEC o pagamento dos valores em fradescritos e com vigência de 03/03/86 à ... 30/12/86.

MUNICÍPIOS	VALORES (Cz\$)
Colorado	17.500,00
Panambi	70.000,00
Planalto	35.000,00

Porto Alegre, 29 de outubro de 1986.

LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da AJU/SEC.
D-90583 -6-B-12/novembro

Súmula do Acordo celebrado em 16/10/86 pelo Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Educação e Cultura, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do Município de Sapucaia do Sul, visando a Educação e Assistência ao aluno excepcional, cabendo à SEC ceder professores no estrito limite de suas possibilidades, com vigência de 28/04/86 a 28/04/87.

Porto Alegre, 07 de novembro de 1986.

LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da AJU/SEC.
D-90587 -6-B-12/novembro

Súmula do Acordo celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da SEC, e as Entidades Mantenedoras das Escolas abaixo relacionadas, em 23/10/86, visando ao amparo financeiro pelo PROENPA, através do qual a Secretaria repassará às Escolas os valores a seguir explicitados, vigorando o instrumento, até 28/02/87, não sendo automaticamente prorrogável.

ESCOLAS	VALORES Cz\$
Escola Evangélica Lutera	10.000,00
Escola São Colégio Sagrado Coração de Jesus-Escola de 1ª e 2ª graus	10.000,00

Porto Alegre, 05 de novembro de 1986.

LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da AJU/SEC.

Súmula do Contrato nº 640/86, celebrado em 12/10/86, entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da SEC e o Município de SALVADOR DO SUL, visando à execução das obras da E.M. DE 1º GRAU INC. MARTIN ABRAMO DE SOUZA, pelo valor de Cz\$50.000,00, no prazo de 60 dias, contados a partir do 10º dia da data da autorização para o início das obras.

Porto Alegre, 04 de novembro de 1986.
LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da Unidade de Assessoria Jurídica.
D-90608-6-B-12/novembro

Súmula do Acordo celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da SEC, e as Entidades Mantenedoras das Escolas abaixo relacionadas, em data de 27.10.86, visando ao amparo financeiro pelo PROENPA, através do qual a Secretaria repassará às Escolas os valores a seguir explicitados, vigorando o instrumento até 28.02.87, não sendo automaticamente prorrogável.

ESCOLAS	VALORES Cz\$
Escola de 1º Grau Sagrado Coração de Jesus, em Arroio do Tigre....	10.000,00
Escola de 1º Grau Adventista Marechal Rondon, em Cacheira do Sul....	10.000,00

Porto Alegre, 06 de novembro de 1986.

LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da AJU/SEC.
D-90589 -6-B-12/novembro

Súmula do Contrato nº 704/86 celebrado em 12/10/86, entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da SEC e o Município de Campo Novo pelo qual o Estado concede um auxílio financeiro no valor de Cz\$ 20.000,00 destinado a compra de passagens para o transporte escolar devendo o Município prestar contas do recurso recebido até 31/03/87.

Porto Alegre, 30 de outubro de 1986.
LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da Unidade de Assessoria Jurídica.
D-90591 -6-B-12/novembro

Súmula do Contrato nº 619/86, celebrado em 12/10/86, entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da SEC e o Município de HUMAITÁ, pelo qual o Estado concede um auxílio financeiro no valor de Cz\$20.000,00, destinado à aquisição de passagens para o transporte escolar, devendo o Município prestar contas do recurso recebido até 30/12/86.

Porto Alegre, 30 de outubro de 1986.

LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da Unidade de Assessoria Jurídica.

Súmula do Termo Aditivo e de Ratificação celebrado em 30/07/86, entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Educação e Cultura, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que adita a cláusula Terceira do Contrato firmado entre a Secretaria e a UFRGS em 19/05/86, destinado à execução, em nível pré-escolar, do Plano-Conhecendo o Maravilhoso Mundo dos Astros, com recursos oriundos do orçamento/86-Atividade 23.87, pelo qual o prazo de vigência para execução do Contrato passa a ser de nove meses, contados a partir de 01/03/86 até 30/11/86, ratificando o Contrato em todas as demais cláusulas.

Porto Alegre, 06 de novembro de 1986.

LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora AJU/SEC.
D-90586 -6-B-12/novembro

Súmula do Contrato nº 635/86 celebrado em 12/10/86, entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da SEC e o Município de Humaitá pelo qual o Estado concede um auxílio financeiro no valor de Cz\$ 5.000,00 destinado a locação de veículo para transporte escolar devendo o Município prestar contas do recurso recebido até 31 de dezembro de 1986. O Município suomenará, com recursos próprios, a importância acima com Cz\$ 40,00.

Porto Alegre, 30/10/86.
LUIZ MACHADO CARVALHO
Coordenadora da Unidade de Assessoria Jurídica.
D-90607-6-B-12/novembro

Súmula do Acordo celebrado em 16/10/86, entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da

2/12/86

Estado terá sistema de preservação

O Governo do Estado instala hoje o Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, às 15 horas, em solenidade no Palácio Piratini, que será tombado, na mesma ocasião, com seu acervo histórico, documental e artístico. O sistema foi criado em 1983, alterado em 1985 e em 2 de novembro deste ano foram nomeados seus 18 conselheiros pelo governador Jair Soares. O objetivo é estimular, promover e realizar pesquisas, estudos, seleção e divulgação da preservação do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul.

As entidades componentes do conselho desse sistema são as secretarias para Assuntos Extraordinários da Grande Porto Alegre, da Justiça, Administração, Planejamento, Educação e Cultura, Energia e Comunicações, Indústria e Comércio, Fazenda, Transportes, Saúde, Agricultura, Trabalho, Segurança, Procuradoria Geral do Estado, Conselho Estadual de Cultura e mais o presidente da Rede Brasil Sul, jornalista Jayme Sirotsky, e os professores Isolda Holmer Paes e Dante Laytano.

CPHAE

Proc. nº 42043/86

Fl. 31

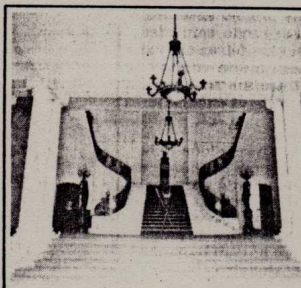
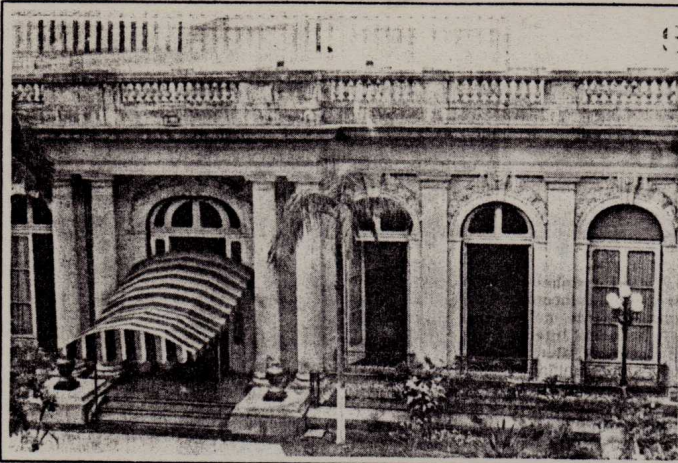
JW

Palácio Piratini

A sede do Executivo Estadual, cujo prédio está sendo tombado também hoje, é um projeto do arquiteto francês Maurice Gras. Na construção, foram empregados pedras de Villars, França, granito de Teresópolis, Rio de Janeiro, e cimento importado da Inglaterra e depois de Vassy, França. Deste país também veio o calcário, de Chaiseignelles, para os frisos da ala residencial e sacadas. A areia foi recolhida do Guaíba e as madeiras, cedro e louro, para fazer as esquadrias, foram das matas de propriedade do Estado em Cachoeira do Sul.

Sua construção começou em 1908, no Governo Carlos Barbosa, depois de ser abandonado o projeto do engenheiro Afonso Hebert, de 1895, porque exigia verbas vultuosas que o Governo não podia gastar em consequência da Revolução Federalista de 1893 a 1895. As obras prosseguiram em 1913, com Borges de Medeiros no Governo. O arquiteto Gras foi despedido e os trabalhos interrompidos. Borges adoeceu e assumiu Pinheiro Machado, que contratou o pintor Lucílio de Albuquerque para fazer um óleo para a sala de recepções, já concluída. Nessa época, a decoração do gabinete do governador, ante-sala, secretarias e entrada foi feita pelo pintor Alfredo Friederich, enquanto Décio Villares foi contratado para fazer vários "panneaux" ornamentais.

Foto: Arquivo Chaves/ZH



O Palácio Piratini, com suas obras de arte, está aberto ao público. Apenas a ala residencial não pode ser visitada



Palácio Piratini, monumento gaúcho em estilo neoclássico

Por ERIKA HANSSEN MADALENO
Editorial Local/ZH

O Palácio Piratini, tombado ontem à tarde por ato do governador Jair Soares, tem muita história para contar. Por suas imensas e diversas salas já passaram centenas de personalidades históricas e ele foi governado por 19 presidentes, interventores e governadores, incluindo o atual. Pelos corredores do Palácio também circulam lendas mirabolantes, de fantasmas que uivam à noite, ou episódios que muitos juram terem acontecido, enquanto outros nunca ouviram falar. Há quem diga que a alma de Borges de Medeiros continua habitando o prédio, embora ele nunca tenha residido no Palácio, e que seus ulvos são ouvidos em dias de vento, arrepiando os cabelos dos servidores.

A história dos túneis também já se tornou lendária e há pessoas que afirmam, categoricamente, ter passeado neles, enquanto outras negam a sua existência. Segundo os historiadores, porém, o túnel realmente existiu e, hoje, deve haver algum vestígio dele, pois foi construído, em parte, no século XVIII. O objetivo era defender a cidade, sendo que o túnel ligaria o antigo palácio ao quartel da Praça do Portão e, dali, seguiria adiante, atingindo distâncias consideráveis. O plano, entretanto, não foi executado por inteiro e a construção da Avenida Borges de Medeiros cortou o túnel, enquanto obras feitas no quartel obstruíram a abertura. Admite-se, no entanto, que exista uma ligação subterrânea com a Cúria ou com outros locais próximos, embora seja quase certa sua obstrução parcial.

Histórias à parte, um fato é certo: o Palácio Piratini é o edifício mais bem arquitetado do Rio Grande do Sul, sendo um monumento em estilo neoclássico. Nele se instalou o governo do Estado em 17 de maio de 1921. Diariamente, centenas de turistas visitam suas dependências, mas não é permitido conhecer a ala residencial, nem mesmo à imprensa. Principalmente agora, época de mudanças, quando seu atual morador sairá para dar lugar a outro.

O local para ser construído o atual prédio foi escolhido há muitos anos, por volta de 23 de abril de 1769, quando assumiu o governo da Capitania de São Pedro do Rio Grande o coronel José Marcelino de Figueiredo. Preocupado com a segurança do povo e das autoridades, o coronel resolveu trocar o local da sede do governo, em virtude da invasão castelhana, e suas preferências logo caíram sobre o então Porto dos Casais, ou do Dorneles. O prédio erguido pelo coronel Marcelino de Figueiredo resistiu até 1897, quando o Executivo gaúcho decidiu erguer um novo prédio para a sede do governo, face às precárias condições do anterior.

Naquela época, foi aberto um concurso em Paris para definir o estilo e o projeto do palácio, mas, embora duas pessoas tenham se destacado, o projeto inicial foi abandonado. Mais tarde, em visita a Porto Alegre, o arquiteto francês Maurice Gras foi incumbido de um novo estudo, que obteve êxito, e, em 1909, iniciaram-se os trabalhos, com o Governo da época destinando uma verba de 160 contos para despesas de construção durante o ano. O custo total do Palácio Piratini estava estimado em 3.000 contos de réis. De lá para cá muita coisa aconteceu e a obra esteve parada por algumas vezes, enquanto mostrava maior morosidade em outras ocasiões.

Seu nome atual — Piratini — foi sugerido em sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pelo professor Armando D. Azevedo, na época em que Ildo Meneghetti governava o Estado. O professor sugeriu essa denominação por ser a associação ideal da sede do governo do Estado ao nome da primeira capital da República Rio-grandense, como homenagem à epopéia Farrouplha e à memória de seus heróis. A idéia foi totalmente acolhida pelo governador e, a 20 de junho de 1955, o palácio passou a chamar-se Piratini.

Arquitetura e Decoração

A arquitetura e a decoração do Palácio Piratini são seus cartões de visita e centenas de pessoas ficam um bom tempo admirando as esculturas, as es-

tátuas de bronze ou as obras do pintor Aldo Locatelli. A entrada principal do palácio se destaca pela escadaria nobre, com degraus de calcária marmórea, importada da França, e os lustres são obras de arte também francesas, fornecidos pela Casa Saumer Duval & Cie, de Paris, que foram fabricados especialmente para o palácio sob desenho de Maurice Gras.

A Sala de Espera é uma das mais ricas do palácio. Sua decoração foi executada em 1917 e chamam a atenção suas obras de arte, lustres e luminárias, as portas, trabalho em cedro das matas estaduais, cujos autores são ignorados, entre outros aspectos. No gabinete do governador, a decoração foi projetada pelo arquiteto alemão Bruno Salomon. Nesse gabinete, existe um busto em bronze de Júlio de Castilhos, o primeiro desse político, realizado pelo escultor italiano Frederico Pellarini, que fez a máscara mortuária do estadista.

Um dos salões que mais chama a atenção, porém, é o "Negrinho do Pastorelo", por todo seu conjunto de decoração. As obras de Aldo Locatelli são as que recebem maior destaque, como em todas as outras dependências do palácio, pois são 18 painéis que descrevem a lenda do Negrinho do Pastorelo, pintados entre 1951 e 1955. No salão de atos, também existe outra pintura de Aldo Locatelli, um mural com 25 metros quadrados, sobre a Visão das Missões e dos Bandeirantes, o Índio, Criação das Fazendas, a Família, a Colonização, a Agricultura e a Pecuária.

Com todas essas belezas existentes dentro e fora do Piratini, é bom lembrar a relação de seus presidentes, interventores e governadores, que, de uma forma ou outra, participaram da construção do palácio. O médico Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de Medeiros, Getúlio Dornelles Vargas, Flores da Cunha, Daltro Filho, Maurício Cardoso, Oswaldo Cordeiro de Farias, Ernesto Dornelles, Samuel Figueiredo da Silva, Pompílio Fernandes Rosa, Walter Sô Jobim, Ildo Meneghetti, Leonel Brizola, Peracchi Barcellos, Euclydes Triches, Sival Guazelli, Amaral de Souza e Jair Soares.

CPHAE
Proc. nº 42043/86
Fl. 32

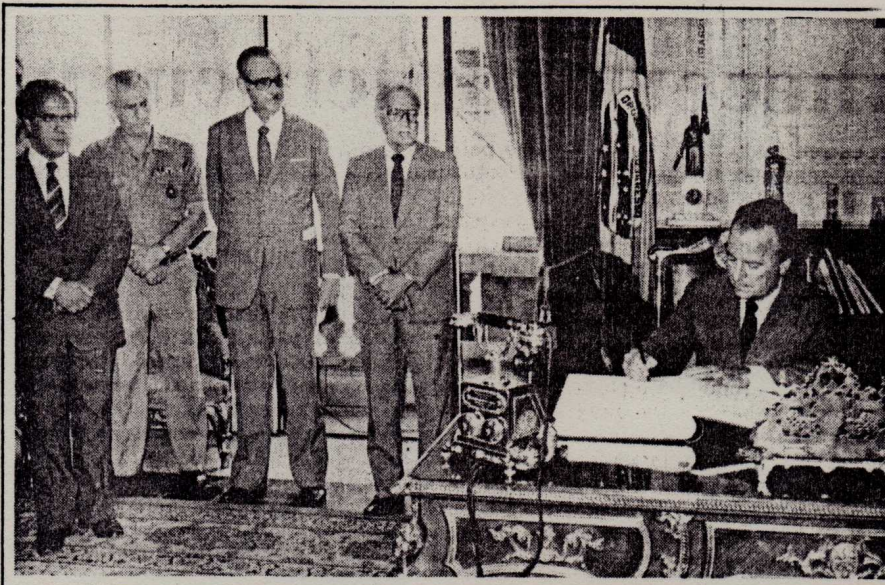
Jair preside solenidade de tombamento

O governador Jair Soares presidiu, ontem à tarde, em seu gabinete, a solenidade de tombamento do Palácio Piratini e assinou o ato de nomeação dos integrantes do Conselho do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. O livro-tombo foi assinado, além do Governador, pelo secretário de Educação e Cultura, Plácido Steffen, o subsecretário de Cultura, professor Luis Antônio Assis Brasil e o coordenador do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, arquiteto José Albano Volkmer.

Em nome do Governo do Estado, o secretário Plácido Steffen evocou nossa tradição cultural, esclarecendo que o Rio Grande do Sul, em razão de sua extrema juventude cultural e de sua índole guerreira, fixadora de nossas fronteiras meridional, "forjou-se mais à sombra dos acampamentos militares do que nos salões dos palácios". Por causa disso, nossa arquitetura não chega a rivalizar com os Estados do Centro e Norte do Brasil, que não tiveram esta tradição de guerras e puderam se dedicar mais à arte e à cultura. Assim mesmo, está se desenvolvendo no povo gaúcho uma consciência conservadora, apoiada pelo Governo do Estado, na série de tombamentos que vem fazendo de prédios históricos, culminando com o Palácio Piratini". Trata-se, disse Steffen, "de um dos mais belos e harmônicos edifícios públicos de todo o Brasil, inspirado em modelos franceses, mas que foi nacionalizado pela presença, em seu interior, de obras de arte que falam de nossa realidade".

O governador Jair Soares assinou o termo de nomeação dos seguintes integrantes do Conselho do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural: Tarcísio De Retti, do Conselho Estadual de Cultura; Almbire S. de Oliveira Freitas, da Procuradoria Geral do Estado; Thiago R. Sarmiento Leite, da Secretaria da Justiça; Mirna Castello Dani, da Secretaria do Planejamento; Lúcia Maria Ferreira, da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações; Lourdes Maria Fellini, da Indústria e Comércio (SIC); Ubirajara Sampaio Trein, da Fazenda; Edson Luis Dal Lago, dos Transportes; Ana Maria Cattani, da Saúde; Oswaldo Baucke, da Agricultura; Joaquim A. Braz, do Trabalho e Ação Social; João Carlos dos Santos Campão, da Segurança Pública; Renato de Souza Carneiro, da Secretaria de Obras Públicas; Zeno Bittencourt Souza, da Administração; Dioni York Bado, da Grande Porto Alegre e mais Dante de Laytano, Isolda Holmer Paes, o presidente da RBS, Jayme Sirotsky, bem como representantes de outras esferas públicas e da área privada.

Estavam presentes ao ato os secretários de Obras Públicas, Flávio Ioppi; Justiça, Paulo Barbosa Lessa; Agricultura, João Jardim; os chefes da Casa Civil, Augusto Berthier, e da Casa Militar, Paulo Roberto Monteiro e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Bonorino Butelli.



Jair assina ato nomeando os integrantes do Conselho do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural

